



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 10

**As Estratégias Norte-Americanas de Contenção da Proliferação
Nuclear**

Tiago Lemos

INTRODUÇÃO

Um dos grandes debates da actualidade, assaz controverso aliás, consiste na questão de saber quem tem o direito de possuir armas nucleares. A partir desta questão central muitas outras se colocam. Todos os Estados, mesmo os proclamados como irresponsáveis e de alto risco, têm o direito de possuir energia nuclear? Como garantir que programas nucleares pacíficos não estão a ser usados secretamente para o desenvolvimento de armas de destruição maciça? Como pode permitir-se que Estados subdesenvolvidos possuam energia nuclear, sabendo de antemão que estes não reúnem condições para garantir a segurança e a salvaguarda de tais materiais? Como restringir o acesso de grupos e organizações terroristas a tais materiais nucleares? O que deve ser feito acerca das transferências de material nuclear no mercado negro? Intimamente relacionados com estas questões estão os actuais Estados Irresponsáveis. No início do séc. XXI, a Líbia, o Iraque, o Irão e a Republica Popular da Coreia constituíam os quatro maiores perigos à segurança nuclear. Nos últimos cinco anos, contudo, assistimos à renúncia voluntária da Líbia ao seu programa nuclear e ao desmantelamento forçado do regime de Saddam Hussein. Assim sendo, temos hoje o Irão e a Coreia do Norte como únicas situações de alto risco. Estes dois países teimam em prosseguir programas nucleares em desrespeito total pelas normas internacionais. Inseridos em regiões altamente instáveis e problemáticas, colocam em perigo com as suas atitudes a estabilidade e a segurança do Sistema Internacional. Os avanços e recuos nas negociações com a comunidade internacional são constantes. Actualmente, os desenvolvimentos são quase diários, mas infelizmente negativos, uma vez que as conversações

com estes países se encontram paralisadas por vontade própria dos mesmos que persistem no desrespeito pelas regras internacionais de não proliferação nuclear. Tal demonstra o quão importante e preocupante é o tema da contenção da proliferação nuclear e a atenção que ao mesmo deve ser prestada por toda a comunidade internacional.

A temática da contenção da proliferação nuclear é, por si só, aliciante para um estudante finalista de Relações Internacionais interessado em questões de defesa e segurança internacional, mas mais interessante se afigura se na abordagem ao assunto se incluir como vector central de análise a actual potência hegemónica do Sistema Internacional, os Estados Unidos da América.

O tema é demasiado controverso e sensível, susceptível a manobras de propaganda e a trabalhos, opiniões e considerações pouco cuidadas e não académicas. Assim, procurei basear-me em documentação de organizações e instituições credíveis designadamente, a ONU, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), o Departamento de Estado e o Congresso Norte Americanos. Recorri a discursos, relatórios, artigos de jornais e revistas efectuados por políticos, analistas e especialistas das mais diversas áreas relevantes para esta temática (segurança internacional, defesa, armamento, energia, proliferação nuclear...). Como bibliografia base da minha análise, recorri a duas obras literárias: “Tracking Nuclear Proliferation” de Rodney W. Jones e Mark G. McDonough e “No End in Sight: the Continuing Menace of Nuclear Proliferation” de Nathan E. Busch.

Rodney W. Jones e Mark G. McDonough são especialistas norte-americanos nas áreas de Defesa, Controlo de Armas e Desarmamento, e Energia tendo sido conselheiros em diversos projectos de não proliferação nuclear. A sua obra constitui uma importante fonte de informação sobre a proliferação de armas nucleares. Fornece dados sobre todos os Estados nucleares, nomeadamente os relevantes para a análise desenvolvida – Estados Unidos, Irão e Coreia do Norte – apresentando ainda mapas, gráficos e quadros informativos acerca dos programas e infra-estruturas nucleares. Tomamos plena consciência de que o perigo da proliferação nuclear mudou dramaticamente nos últimos anos (década de noventa). Apesar de alguns países terem renunciado às armas nucleares, aceitando as regras do regime internacional de não proliferação, como o Brasil e a África do Sul, outros persistem em desafiar as normas internacionais. Tentando torpear as restrições nucleares que anteriormente aceitaram, o Irão e a Coreia do Norte têm vindo a desenvolver os seus programas nucleares. Apesar do Irão ser parte do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) desde 1970, crê-se que prossegue um programa de desenvolvimento de armas nucleares desde 1980. Os esforços iranianos para possuir armas nucleares têm caminhado passo a passo ao lado do fundamentalismo islâmico e da sua promoção através da violência e subversão. Já a Coreia do Norte juntou-se ao TNP em 1985 e de então para cá tem vindo a desenvolver um programa activo de armas nucleares, em clara violação do Tratado. Os sucessivos bloqueios às inspecções da AIEA, as ameaças de retirada do TNP e a quebra frequente de acordos, têm conduzido a crises frequentes no seio do regime internacional de não proliferação. Sobretudo através do mercado negro, mas também através de canais oficiais, estes Estados têm recebido apoio externo. Os autores apelam ao uso da

Diplomacia e de Sanções para que o regime de não proliferação nuclear seja robusto e bem sucedido. Ao longo da sua obra, os autores referem-se aos esforços políticos, legislativos e diplomáticos dos Estados Unidos da América em prol do regime internacional de não proliferação nuclear.

Nathan E. Busch é americano e especialista em política externa, segurança e conflitos internacionais, nomeadamente em assuntos relacionados com a proliferação de armas nucleares. As suas actuais pesquisas centram-se em temas relacionados com a segurança nuclear e o terrorismo nuclear. É professor universitário de ciência política e relações internacionais e autor de inúmeros artigos, publicações e conferências acerca da proliferação nuclear. Neste seu livro, aborda uma questão de importância crucial, a de saber, qual o impacto da proliferação nuclear na estabilidade internacional? A proliferação das armas nucleares é um perigo à segurança global? Busch fornece uma análise interessante acerca do debate existente entre “optimistas” e “pessimistas” da proliferação, relatando a posição de cada um dos lados, dando ainda a sua própria contribuição para este debate. Defende o referido autor que a proliferação nuclear é arriscada, sendo, como tal, necessário travar a expansão de armas nucleares na medida em que estas constituem uma ameaça global. Busch fornece uma análise detalhada dos programas em desenvolvimento no Irão e na Coreia do Norte e presta especial atenção ao perigo que constitui a posse de materiais nucleares por parte de terroristas e de Estados irresponsáveis que não conferem à comunidade internacional qualquer garantia de segurança. Se Estados como o Irão e a Coreia do Norte vierem a possuir armas nucleares, que capacidades reúnem para garantir a segurança das mesmas? E quem nos assegura que as não vão utilizar contra os seus vizinhos? Ou que não as vendem a grupos terroristas? Regimes como os de Teerão e de Pyongyang, dotados de armas nucleares, serão uma ameaça ainda maior, primeiro nas suas regiões e depois no sistema internacional. É verdade que, de acordo com os optimistas da proliferação, nenhuma guerra importante foi travada directamente entre dois Estados nucleares, nem uma arma nuclear foi disparada inadvertidamente, sem autorização ou de modo accidental. Nem, até à data e que oficialmente se saiba, qualquer arma nuclear foi roubada. Isto é de facto verdade, e se o é, deve-se ao regime de não proliferação que tem funcionado. Ora, é preciso garantir que continue. Para tal, considero que não se pode permitir que Estados irresponsáveis tenham acesso a armas nucleares. O equilíbrio e o respeito vigentes entre os Estados possuidores de armas nucleares poderão ser postos em causa se o Irão e a Coreia do Norte efectivamente vierem a possuir tal armamento (a Coreia do Norte afirma já possuir). Tal poderá provocar uma corrida às armas nucleares nas regiões em que estão integrados (por exemplo, o Japão e a Coreia do Sul por se sentirem ameaçados pela Coreia do Norte) e por arrastamento conduzir a uma destabilização do Sistema Internacional.

É aqui, no meu entender, que os Estados Unidos têm um importante papel a desempenhar enquanto potência hegemónica, única Superpotência do Sistema Internacional, com capacidades inigualáveis em todas as áreas e, assim sendo, com grandes responsabilidades no garantir da segurança, da estabilidade e da paz no Sistema Internacional.

O que me proponho nesta análise acerca das “Estratégias Norte-Americanas de Contenção da Proliferação Nuclear” é, em primeiro lugar, procurar dar resposta à questão de saber se a proliferação de armas nucleares provoca a estabilidade ou a instabilidade no sistema internacional e seguidamente, tentar demonstrar que apesar dos EUA constituírem a actual potência hegemónica, estes adoptam sobretudo posições multilateralistas, longe de quaisquer atitudes imperialistas. Unilateralmente quando necessário mas, sobretudo multilateralmente, no âmbito do TNP e da AIEA e ao lado dos seus aliados, os Estados Unidos desempenham um importante papel na contenção da proliferação nuclear. Nos segundo e terceiro capítulos, analisarei em concreto as duas principais ameaças ao regime internacional de não proliferação nuclear, Irão e Coreia do Norte, bem como, as estratégias que têm vindo a ser seguidas pelas Administrações norte-americanas de Bill Clinton e George W. Bush, face aos programas nucleares destes países. Procurarei demonstrar na minha análise que as estratégias norte-americanas de contenção da proliferação nuclear têm constituído um importante contributo para a manutenção da segurança e paz mundiais. Torna-se pois, importante e interessante saber o que têm feito os Estados Unidos em termos de contenção da proliferação nuclear nestes dois países. As ambições nucleares do Irão e da Coreia do Norte não se limitam a colocar em causa a segurança interna dos Estados Unidos e a sua posição hegemónica no sistema internacional. Permitir que estes Estados prossigam com os seus programas de armas nucleares causará destabilizações regionais e provocará o alarme global. Ao longo do presente trabalho prestarei especial atenção aos acontecimentos dos últimos anos, marcados por frustrantes paralisações nas negociações com o Irão e com a Coreia do Norte. A Coreia do Norte abandonou as “Six Party Talks” no final de 2005 renunciando ao desmantelamento do seu programa nuclear e o Irão retomou em Janeiro deste ano o seu programa nuclear de enriquecimento de urânio, violando as normas internacionais e renegando os compromissos que tinha assumido com a União Europeia (U.E.)-3.

Estes perigos afectam-nos a todos, razão pela qual, não podem nem devem ser ignorados.

1. A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

1.1 Estabilidade ou Instabilidade no Sistema Internacional

Uma das principais prioridades de segurança dos EUA e da comunidade internacional no pós-Guerra Fria tem sido a prevenção da proliferação de armas nucleares. Subjacente aos esforços está a suposição de que a proliferação destas armas de destruição maciça é perigosa e contra os interesses americanos e internacionais. A título de exemplo, a Administração Bush concluiu que uma parte essencial da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA devia passar pela adopção de uma estratégia efectiva de contenção da proliferação de armas de destruição maciçaⁱⁱ. Mas esta oposição à proliferação de armas nucleares não é exclusiva de George W. Bush, pois já Bill Clinton declarava ser necessário desenvolver esforços relacionados com a não proliferação e a contenção de armas de destruição maciçaⁱⁱⁱ. Nos seus esforços de prevenção da proliferação de armas nucleares, os EUA têm encorajado Estados a aderir ao TNP^{iv}, nos termos do qual, os

Estados não possuidores de armas nucleares se comprometem a não desenvolvê-las e, os Estados oficialmente reconhecidos como possuidores de armamento nuclear^v se obrigam a não assistir aqueles no desenvolvimento de tais armas. Os EUA e a comunidade internacional têm tentado assegurar o cumprimento das exigências do TNP e procurado impedir o desenvolvimento de programas de armas nucleares por parte dos denominados “Estados delinquentes” ou “Estados desordeiros”^{vi}. Estados como o Irão e a Coreia do Norte que parecem determinados em desenvolver tais programas apesar dos esforços internacionais no sentido de os impedir.

Esta posição contra a proliferação de armas nucleares pressupõe a resposta a uma questão fundamental: Quais são os riscos ou perigos prováveis associados à proliferação de armas nucleares? A resposta não é clara e a teoria diverge. Acerca desta questão surgem duas linhas de pensamento: os “Optimistas” que acreditam que a proliferação pode ser benéfica e que os perigos a ela associados não são assim tão significantes ou são, pelo menos, superáveis e os “Pessimistas” que pensam exactamente o contrário. Os perigos associados à proliferação não levantam qualquer discussão, nomeadamente, ninguém põe em causa a clara força destruidora das armas nucleares. No que optimistas e pessimistas estão em desacordo é acerca da probabilidade de utilização destas armas, intencional ou acidentalmente, por um Estado ou qualquer outra entidade^{vii}.

Após os bombardeamentos nucleares a Hiroshima e Nagasaki, muitos foram os que consideraram desejável que mais países tivessem armas nucleares. Nos anos sessenta e setenta, eram também muitos os que argumentavam que a proliferação nuclear aumentava a paz e a estabilidade internacional^{viii}. O tópico central em todos os argumentos optimistas é a noção de dissuasão. Dissuasão significa literalmente fazer alguém mudar de opinião, evitar que se faça algo, assustando e provocando o medo, particularmente através da ameaça de severas consequências. Os optimistas consideram que as armas nucleares fornecem uma das melhores formas de dissuasão, visto que os custos potenciais de se atacar um Estado possuidor destas armas são extremamente elevados. Devido aos efeitos de dissuasão que as armas nucleares provocam, os optimistas concluem que a proliferação nuclear é benéfica pois, diminui as probabilidades de guerra, tornando assim o sistema internacional mais estável^{ix}.

Também nos anos sessenta e setenta surgiram os primeiros pessimistas^x discordando dos argumentos optimistas anteriormente referidos. Estes pessimistas levantavam a questão acerca das possibilidades de surgimento de uma guerra nuclear, regional ou global, provocada por um outro qualquer Estado que viesse a obter armas nucleares. Estes autores referiam que as novas potências nucleares iriam surgindo sem que houvesse uma dissuasão mútua e estável como a que havia entre EUA e URSS. Além do mais, diversos estudos desenvolvidos nos anos sessenta determinaram que muitos Estados, incluindo países do terceiro mundo, podiam vir a possuir capacidades de produção de armas nucleares, pelo que os pessimistas argumentavam que os riscos de uma guerra nuclear acidental iriam aumentar, na medida em que estes Estados podiam não possuir as capacidades necessárias para assegurar o controlo das suas armas^{xi}.

Este debate entre estabilidade e instabilidade, mais ou menos segurança, optimistas e pessimistas da proliferação nuclear, tem sido prosseguido mais recentemente, de forma sistemática, por Kenneth Waltz e Scott Sagan.

Em 1981, Waltz escreveu “The Spread of Nuclear Weapons: More May Be Better”^{xii}, onde sucede aos anteriores optimistas referindo que a dissuasão provocada pelas armas nucleares aumenta a estabilidade no sistema internacional. Segundo Waltz, os Estados subsistem num “*sistema anárquico de auto-ajuda*” no qual só contam com eles próprios para assegurar a sua defesa. Assim sendo, a melhor maneira que um Estado tem de prevenir o ataque de um agressor é através da dissuasão credível. As armas nucleares providenciam exactamente tal dissuasão. Devido aos efeitos dissuasores das armas nucleares, Waltz defende que os Estados tendem a ser mais cuidadosos e a evitar a guerra. Só a possibilidade de retaliação nuclear é suficiente para impedir um ataque, convencional ou nuclear, por parte de outro Estado^{xiii}. Waltz questiona retoricamente: *why fight if you can´t win much and might lose everything?*^{xiv}. Também John Mearsheimer efectuou prognósticos optimistas acerca da proliferação das armas nucleares. Em 1990, argumentou que uma proliferação nuclear “bem gerida” na Europa “poderia fornecer a esperança de manutenção da estabilidade no continente”^{xv}.

O que fica implícito no argumento de Waltz e de outros optimistas é que os Estados são actores racionais que actuam conscientemente de modo a maximizarem os seus interesses. Waltz conclui que: *we do not have to wonder whether the nuclear weapons states will take good care of their weapons. They have every incentive to do so*^{xvi}. Ou seja, os Estados têm perfeito conhecimento dos seus interesses sobretudo quando incorrem em riscos tão elevados quanto os de uma guerra nuclear, pelo que as suas acções reflectirão racionalmente esses interesses.

Foi precisamente esta ideia que a nova vaga de pessimistas, surgida nos anos 90, veio desafiar. Baseados em estudos acerca das actividades nucleares dos EUA e da URSS, os pessimistas concluíram que os argumentos de Waltz e de outros optimistas não se enquadravam com o que era usual nas acções das duas superpotências^{xvii}. Um dos mais proeminentes autores pessimistas é Scott Sagan. Num artigo com o título “The Perils of Proliferation” datado de 1994 e em “More Will Be Worse” de 1995^{xviii}, Sagan apresenta a “teoria da organização” que explicitamente desafia o argumento optimista de que os Estados são actores unitários e racionais que se comportam de acordo com o próprio interesse. Segundo Sagan, os Estados deparam-se frequentemente com graves obstáculos organizacionais e burocráticos que os impedem de agir de modo coerente e racional. Os Estados são grandes organizações que funcionam numa forma de racionalidade extremamente limitada, servindo-se de mecanismos simplificados, rotinas, procedimentos standardizados, regras organizacionais rígidas e burocráticas, adoptando acções minimamente satisfatórias. Estes são constrangimentos à racionalidade, contrariedades à optimização e à maximização, que podem ter consequências sérias. Por exemplo, os Estados nem sempre criarão arsenais com capacidade de sobreviver a um ataque nuclear, o que fragiliza a dissuasão pois dá aos agressores incentivos para atacar primeiro, e ainda, países com menores capacidades financeiras vão certamente enfrentar dificuldades no comando e controlo dos seus arsenais nucleares. No interior dos Estados e dos organismos que os compõem há um excesso de

burocracia, de rotina e de actuações em proveito próprio que podem destruir a acção racional do Estado^{xix}. Sagan afirma que: *the biases, routines and parochial interests of powerful military organizations, not the objective interests of the state, can determine state behavior*^{xx} Ou seja, os interesses de um grupo, de uma organização, interesses corporativos, limitados, podem influenciar negativamente o comportamento do próprio Estado. Certos grupos, sobretudo os militares, estarão mais disponíveis e decididos a utilizar armas nucleares do que os civis, sendo que interesses corporativos podem impedir sistematicamente a implementação de medidas de controlo e segurança dos sistemas de armas nucleares.

O debate tem prosseguido em torno das teorias de Waltz e de Sagan, contudo a ênfase dos trabalhos mais recentes tem incidido especialmente nas potenciais dificuldades enfrentadas pelos novos Estados nucleares, Índia e Paquistão, assim como pelos Estados aspirantes, Irão e Coreia do Norte. Obviamente que as características e especificidades destes Estados não são as mesmas das duas Superpotências durante a Guerra Fria, nem mesmo as da actual potência hegemónica e das outras quatro grandes potências nucleares. Os optimistas defendem que os constrangimentos económicos e técnicos existentes nos Estados que prosseguem programas de armas nucleares levam-nos a possuírem arsenais muito mais pequenos do que os detidos pelas potências nucleares, o que lhes permitira evitar muitos dos problemas de segurança, de comando e controlo previstos pelos pessimistas. Ou seja, para os optimistas, o facto de países como o Irão ou a Coreia do Norte virem a possuir pequenos arsenais de armas nucleares não constitui factor de risco no sistema internacional. Em resposta, pessimistas como Sagan e Peter Feaver, referem que tais constrangimentos económicos e técnicos debilitam as capacidades de segurança, de comando e de controlo nos Estados que, como Irão e a Coreia do norte, pretendem a todo o custo obter armas nucleares, pelo que não há razões para ser optimista quanto à proliferação de armas nucleares^{xxi}.

Como já foi referido, há actualmente cinco Estados oficialmente reconhecidos à luz do TNP e da AIEA como potências nucleares, três outros Estados possuidores de armamento nuclear e vários outros Estados, suspeitos de desenvolverem programas de armas nucleares, onde se incluem o Irão e a Coreia do Norte e até há pouco tempo atrás se incluíam o Iraque e a Líbia. Os EUA representam o expoente máximo para os optimistas da proliferação nuclear. Sendo o Estado que possui armamento nuclear há mais tempo, os EUA gozaram de muito tempo para aprender a lidar com tais armas, para além de possuírem os maiores e melhores recursos económicos e tecnológicos que lhe permitem manter o controlo, protecção e segurança do seu armamento nuclear. Já os casos do Irão e da Coreia do Norte são importantes, uma vez que é sobretudo em torno destes países que gira o debate da proliferação. Serão estes Estados actores racionais, ou estarão as suas acções limitadas e constrangidas por interesses políticos, religiosos e militares? Qual é a situação económica e financeira destes países? Os seus recursos financeiros possibilitarão, no caso de virem a possuir armas nucleares, a implementação de efectivos e eficazes sistemas de segurança, comando e controlo? Quais os efeitos de momentos de instabilidade política, social e económica no controlo e segurança dos arsenais?

Os pessimistas defendem que os países que actualmente perseguem a posse de armas nucleares tendem a ser instáveis e assim mais susceptíveis a quebras de segurança. Arsenais nucleares na posse destes Estados serão particularmente susceptíveis a utilizações acidentais, inadvertidas ou sem autorização superior, sobretudo em momentos de instabilidade e perturbação interna. A instabilidade política, social e económica contribui para diminuir a confiança nos militares que são, nestes países, o principal meio de controlo dos arsenais nucleares, dado que os meios tecnológicos de controlo são poucos o que enfraquece ainda mais a segurança dos arsenais de armas nucleares. Quer seja por dificuldades económicas e financeiras, quer seja por perturbações sociais e políticas internas, estes países incorrem num maior risco de falta de segurança e controlo dos seus materiais nucleares. Por outro lado, os optimistas argumentam que, pelo facto destes Estados possuírem ou virem a possuir poucas armas nucleares, este facto reduz os riscos de utilização acidental ou não autorizada, mesmo durante períodos de crise interna. Aliás, momentos de instabilidade doméstica podem levar os Estados a empregar melhores e mais eficazes medidas de segurança, adoptando procedimentos que isolem a sua organização nuclear das incertezas políticas e assegurem a total lealdade das forças de protecção dos equipamentos nucleares^{xxii}

Os Estados proliferadores podem ser divididos em duas categorias: visíveis e obscuros. Visíveis são as cinco potências nucleares e, mais recentemente, desde que efectuaram os testes nucleares em 1998, a Índia e o Paquistão. Obscuros são os Estados que desenvolveram ou estão a desenvolver programas de armas nucleares, após a criação do regime internacional de não proliferação, incorporado sobretudo no TNP e na AIEA. Regra geral, os proliferadores obscuros apresentam algumas características distintas: não realizam testes nucleares, negam a posse de armas nucleares ou de equipamento e tecnologia para as produzir, não há um debate aberto acerca dos seus programas nucleares. Como proliferadores obscuros, ou opacos, temos Israel, a Índia e o Paquistão até 1998 e quaisquer outros Estados que possuam programas secretos de armas nucleares, como o Irão e a Coreia do Norte. Obviamente que, pelo desconhecimento das suas reais intenções e capacidades, os proliferadores obscuros provocam grande instabilidade, primeiro a nível regional e depois a nível global.

Pelo facto dos Estados proliferadores desenvolverem os seus programas nucleares no contexto de regimes de contenção da proliferação nuclear, as suas acções e atitudes serão moldadas pela pressão proveniente de tais regimes de não proliferação e de contraproliferação. Devido às sérias consequências que podem advir da descoberta de programas de armas nucleares secretos – tais como ataques preemptivos e preventivos – Estados como o Irão e a Coreia do Norte tendem a adoptar medidas que impeçam a detecção dos seus programas de armas de destruição maciça pelos EUA, pela AIEA ou por outras entidades internacionais. Estas estratégias de encobrimento são conhecidas por “Estratégias de Negação e Engano”^{xxiii}. A “negação” geralmente refere-se às tentativas de bloquear e impedir o acesso a informações que possam ser usadas para descobrir a verdade. Inclui medidas como a ocultação de armamento através de camuflagem, controlo de emissões electrónicas e diversas formas de assegurar a existência de instalações, meios humanos e de comunicação, tudo com o objectivo de encobrir a existência de

actividades clandestinas. O “engano”, por seu lado, diz respeito aos esforços que causam no oponente a crença em algo que não é verdade. Estes Estados recorrem a diversas medidas para passarem uma falsa ou incorrecta imagem das suas actividades clandestinas, como por exemplo dissimular uma instalação nuclear como sendo uma fábrica de vacinas. Apesar de todos os Estados nucleares terem recorrido, no passado ou no presente, a algumas formas de “negação e engano”, os países proliferadores, como o Irão e a Coreia do Norte, têm razões acrescidas para ocultar os seus programas nucleares, porquanto estão a desenvolver armas nucleares no contexto de fortes regimes de não proliferação e contraproliferação internacionais^{xxiv}.

Um bom entendimento acerca das consequências da proliferação nuclear torna-se essencial no delinear das estratégias de contenção desenvolvidas pelos EUA e por outros Estados e organizações internacionais. Quais devem ser, de facto, as estratégias contra a proliferação? De acordo com os optimistas, os EUA e a comunidade internacional devem ceder nas suas posições contra a proliferação pois acreditam na manutenção da estabilidade no sistema internacional^{xxv}. Prevalecendo a posição pessimista, então os EUA e as outras grandes entidades intencionais devem manter ou até reforçar a sua oposição à proliferação nuclear.

Ao mesmo tempo que os EUA lideravam a invasão ao Iraque em 2003, tornava-se claro aos olhos do mundo que a Coreia do Norte e o Irão estavam empenhados no desenvolvimento de programas nucleares secretos em clara violação dos acordos internacionais assinados por estes países. Especial atenção deve ser prestada pela comunidade internacional aos reais riscos colocados pelos programas nucleares destes dois países. Acredito que sérios problemas vão surgir no seio do sistema internacional se a estes Estados for permitida a posse de armas nucleares. Apesar da maior parte da discussão acerca destes programas ser um tanto especulativa dada a carência geral de informação acerca dos dois programas e pelo facto do futuro depender das decisões que estes Estados vão tomar acerca do desenvolvimento dos seus programas nucleares, é possível identificar aspectos preocupantes e orientações prováveis que nos permitem efectuar alguns vaticínios acerca de riscos potenciais nestes dois Estados proliferadores. Sendo impossível determinar com absoluta certeza todos os riscos que podem advir destes dois Estados é, no entanto, possível identificar algumas questões problemáticas.

A proliferação de armas nucleares pode efectivamente aumentar a instabilidade internacional, designadamente, criando incentivos para a realização de ataques preventivos. Porque a preempção constitui uma preocupação para o Irão^{xxvi} e a Coreia do Norte, estes países recorrem a técnicas de “negação e engano” para ocultar os seus programas e as armas que eventualmente venham a possuir (a Coreia do Norte afirma que já possui), e terão fortes motivos para colocar as suas armas em prontidão de lançamento, criando deste modo riscos elevados de disparo accidental, utilização inadvertida ou sem autorização. O Irão ainda não possui armas nucleares e a Coreia do Norte, aparentemente, possuindo já alguma arma nuclear, ainda não deverá possuir sistemas de lançamento fiáveis. Devido ao risco de sofrerem ataques preventivos, os dois países têm motivos para dispersar e ocultar as armas nucleares que possuam ou venham a possuir^{xxvii}. É amplamente conhecida a apetência norte coreana para a construção de túneis, pelo que é muito provável que utilize subterrâneos para esconder as suas armas não convencionais e os

seus programas nuclear e de mísseis. Já quanto ao Irão, sabe-se pouco acerca das suas técnicas de dispersão e ocultação dos seus programas de armas de destruição maciça, contudo, se o Iraque possuía abrigos e subterrâneos para ocultar as suas armas não convencionais, o Irão pode muito naturalmente também possuí-los para ocultar o seu programa nuclear e o programa de mísseis. Ambos os países desenvolvem mísseis como meio de lançamento preferido para as suas armas de destruição maciça, daí que seja também importante ter atenção especial e inspecionar os seus programas de mísseis. Irão e Coreia do Norte têm doutrinas militares semelhantes, apostando em atacar primeiro, rápida e maciçamente procurando provocar um elevado número de baixas no inimigo. O Irão não tem armas nucleares mas pode utilizar armas químicas nesta sua estratégia e a Coreia do Norte pode empregar um vasto leque de armas convencionais e não convencionais. Sabendo que estão a infringir o regime internacional de não proliferação nuclear, incluindo uma série de acordos e tratados por si assinados, os dois países procuram desenvolver o mais rapidamente possível os seus programas nucleares, procurando preferencialmente sistemas de lançamento simples em vez de sistemas tecnologicamente mais seguros. Significa isto que, os arsenais nucleares que estes Estados tenham ou venham a ter, ficam mais vulneráveis a riscos como os de disparo acidental ou inadvertido.

Estes Estados proliferadores podem, na sua ânsia de possuir armas nucleares, marginalizar os aspectos de segurança. A Coreia do Norte teve graves problemas de segurança nas suas instalações nucleares. Todas as inspecções realizadas indicaram que os seus níveis de segurança estavam muito longe dos padrões ocidentais, originando riscos de contaminação ambiental e grave exposição de trabalhadores à radiação. Quanto ao Irão, há relatos de níveis de segurança débeis em locais de armazenamento de armas químicas, que terão provocado a morte de centenas de pessoas^{xxviii}. Apesar do Irão receber assistência da Rússia na construção das suas instalações nucleares, isso não significa que os níveis de segurança destas instalações sejam superiores aos das instalações de outras armas não convencionais. Como o Irão dificulta e nega constantemente as inspecções por parte da AIEA não se sabe ao certo o verdadeiro nível de segurança das suas centrais nucleares e dos complexos de enriquecimento de urânio^{xxix}.

Um dos maiores riscos reside no enfraquecimento ou até desaparecimento das capacidades de comando e controle durante situações de instabilidade política. Tumultos, distúrbios, podem provocar ou ser provocados por alterações políticas. Estas alterações políticas ou de regime podem colocar em risco a cadeia de comando e controlo das armas nucleares. Como vimos no caso do Iraque, a queda de um regime pode levar à destruição dramática dos comandos centrais. Após a queda do regime de Saddam assistiu-se à desordem generalizada. Se outros regimes semelhantes ruírem, quer por uma acção militar externa quer por movimentos internos, semelhante desordem pode resultar. Neste sentido, gostaria de deixar aqui uma questão em aberto: se o Iraque possuísse de facto armas nucleares ou qualquer outro tipo de material nuclear espalhado por instalações em todo o país, como é que os EUA teriam conseguido controlar e garantir a segurança desse material perante os saques, as pilhagens e a desordem generalizada que se viveu logo após a invasão em Abril de 2003?

O Irão e a Coreia do Norte têm regimes autoritários que há muito tempo oprimem as suas populações. A súbita libertação deste autoritarismo originaria reacções semelhantes às vividas no Iraque. A instabilidade política está, portanto, presente nestes países. O regime norte coreano baloiça à beira do colapso, enquanto a sua economia se aproxima da insolvência. Os pilares do regime, os militares e a elite do Partido Comunista têm-se mantido no poder, mas se as dificuldades económicas e a falta de alimentos também começar a afectá-los, o regime estará acabado. Além do mais, se as atitudes e discursos radicais continuarem e levarem a um maior isolamento do regime, pondo termo às ajudas alimentares, económicas e energéticas da comunidade internacional, o regime será incapaz de se manter. Ao contrário da Coreia, onde a população parece demasiado fragilizada para efectuar qualquer oposição interna ao regime, no Irão a população pode muito bem representar uma ameaça ao regime. Já por várias vezes se assistiu a protestos, sobretudo de estudantes universitários, de descontentamento contra os seus governantes. Refira-se que os EUA, dentro da sua estratégia de promoção da democracia, concedem assistência a grupos de oposição ao regime iraniano. Ou seja, o que importa aqui reter é que há fortes hipóteses de perda de controlo e de comando sobre as armas nucleares e materiais associados, aumentando os riscos de roubo e de venda a outros países ou a grupos terroristas. Obviamente que isto suscita a preocupação dos EUA e da comunidade internacional em geral.

Um das grandes preocupações dos EUA diz respeito à possibilidade do Irão e da Coreia do Norte fornecerem armas nucleares ou quaisquer outros materiais nucleares a grupos terroristas. Esta foi uma das razões apontadas para a intervenção militar no Iraque. O Irão é apontado como o grande apoiante mundial do terrorismo, treinando e armando diversos grupos terroristas, incluindo os grupos terroristas palestinianos Hamas e Fatah e o grupo terrorista libanês Hezbollah. Devido à partilha do radicalismo islâmico, pode muito bem existir uma sinergia entre o Irão e a Al Qaeda, apesar dos clérigos iranianos serem Xiitas e a Al Qaeda ser mais ligada aos Sunitas. No entanto, o Hezbollah, que é apoiado pelo Irão, tem ligações à Al Qaeda e crê-se que a Força Jerúsalem, um dos cinco corpos da guarda revolucionária iraniana, tenha uma aliança com a Al Qaeda reforçada após a queda do regime afegão^{xxx}. Parece-me pouco provável que o Irão forneça uma arma nuclear a terroristas, sobretudo porque ainda não as possui, contudo será sempre uma hipótese a considerar. O que será mais provável é que o regime iraniano recorra a armas nucleares para dissuadir os EUA e outros países, continuando ainda a apoiar e a patrocinar o terrorismo contra os EUA e os seus aliados. Isto para além do perigo de desvio, roubo, oferta ou venda de material nuclear que pode ser utilizado na construção das denominadas “bombas sujas”^{xxxi}.

A Coreia do Norte coloca um diferente tipo de ameaça. Não há qualquer ligação ideológica entre o regime comunista coreano e os militantes islâmicos radicais, e supõe-se que o regime coreano não apoie actividades terroristas desde 1987^{xxxii}. A grande preocupação é que a Coreia do Norte esteja disposta a vender material nuclear a qualquer um que queira comprar, especialmente desde que as autoridades norte coreanas ameaçaram explicitamente estar dispostas a exportar armas e outros materiais nucleares. Uma vez que o regime precisa desesperadamente de

dinheiro e não se considera ligado a qualquer acordo ou obrigação internacional, pode a qualquer momento vender tais materiais a outros Estados ou a grupos terroristas, bastando para tal que estes tenham vontade e dinheiro para os comprar^{xxxiii}.

A proliferação de armas nucleares tende a ser perigosa e destabilizadora do sistema internacional. É do maior interesse dos EUA e da comunidade internacional reforçar o regime internacional de não proliferação e assegurar o seu cumprimento. À AIEA devem ser assegurados poderes adicionais que permitam prevenir a proliferação de materiais nucleares, o desvio destes materiais de instalações nucleares declaradas, e garantias da não existência de programas nucleares secretos. Estes poderes adicionais da AIEA estão assegurados nos Protocolos Adicionais^{xxxiv}, pelo que seria muito importante garantir que todos os Estados os ratificassem, permitindo o acesso a locais não declarados e suspeitos de actividade nuclear e permitindo aos inspectores da AIEA conduzirem testes ambientais que detectem instalações nucleares disfarçadas e escondidas. A comunidade internacional deve manter uma forte pressão sobre o Irão e a Coreia do Norte no sentido de estes eliminarem os seus programas nucleares. Dos vários riscos, anteriormente apontados, que justificam a manutenção da pressão sobre estes Estados, destacaria os riscos potenciais de utilização accidental, inadvertida ou não autorizada e o perigo de exportação de materiais nucleares para outros países ou grupos terroristas^{xxxv}.

Conclui-se que a proliferação de armas nucleares tem tendência a provocar a instabilidade internacional. Há inúmeras razões que nos levam a ser cépticos quanto à ideia de que a proliferação de armas nucleares aumenta a estabilidade internacional ajudando a prevenir guerras convencionais e nucleares. A estabilidade internacional é posta em causa de diversas formas. Primeiro, porque os Estados proliferadores optam, muito provavelmente, por sistemas de comando e controlo inadequados, pelo que o risco de uso accidental e não autorizado das armas tenderá a ser bastante elevado. Segundo, porque estes Estados apostam na posse de sistemas de armas que permitem respostas rápidas a possíveis ataques externos, sistemas de disparo e lançamento geralmente pouco desenvolvidos tecnologicamente, que aumentam os riscos de guerra inadvertida, sobretudo durante situações de crise. Terceiro, porque os Estados que perseguem a todo o custo a posse de armas nucleares propendem a adoptar sistemas de protecção e segurança dos seus equipamentos nucleares vulneráveis a ataques e a roubos, externos e internos, sendo que a expansão nuclear daqui resultante pode conduzir a uma proliferação destabilizante, abrindo as portas ao terrorismo nuclear. Finalmente, questiona-se se as armas nucleares aumentam de facto a estabilidade no sistema internacional. Apesar das armas nucleares poderem levar os Estados a ser mais cautelosos quanto à adopção de acções que possam ser interpretadas como agressivas e a prevenir que Estados se ataquem mutuamente, servindo de dissuasão, isto pode nem sempre ser assim. A existência de armas nucleares ajudou a conter os EUA e a URSS durante a Guerra Fria, muito provavelmente o Irão pretende hoje em dia possuir armas nucleares para dissuadir futuras acções dos EUA e da comunidade internacional contra si, mas no Sub-Continente indiano a situação já é diferente. O Paquistão invadiu o território indiano de Kargil em 1999 porque confiou que as suas armas nucleares impediriam uma retaliação indiana de larga escala. Esta acção militar ofensiva do Paquistão foi

em parte provocada pela existência de armas nucleares nos dois países. Deste modo, o argumento optimista de que as armas nucleares previnem guerras convencionais não é totalmente verdadeiro. E, há ainda o perigo de guerras convencionais entre potências nucleares poderem escalar para uma guerra nuclear. É impossível determinar que a proliferação nuclear precipite necessariamente desastres nucleares, contudo, as consequências potenciais são demasiado gravosas para considerar a proliferação de armas nucleares como fonte de estabilidade no sistema internacional.

1.2 Hegemonia Americana, Unilateralismo versus Multilateralismo

Analisada a questão de saber se a proliferação nuclear provoca a estabilidade ou a instabilidade no sistema internacional, considero essencial abordar agora qual tem sido o rumo da política externa norte-americana. Perante a proliferação nuclear os EUA prosseguem uma política unilateral ou preferem o multilateralismo? Sendo claro que vivemos numa situação unipolar em que os EUA são a potência hegemónica^{xxxvi} é comum considerar-se a política externa norte-americana como unilateralista, ou tendencialmente unilateralista, sobretudo após o 11 de Setembro de 2001. De facto, o sistema internacional é unipolar desde o fim da Guerra Fria, desde que a URSS e o gigantesco bloco por ela liderado implodiu, contudo, a política externa norte-americana, sobretudo aquela que respeita à proliferação nuclear, não é unilateralista. E não é unilateralista por uma simples razão, porque é simultaneamente unilateral e multilateral.

A estrutura do poder unipolar pode explicar, em parte, o unilateralismo norte-americano. É certo que o uso do poder é fundamental para se estabelecer a ordem no sistema internacional. Ora quem tem mais condições para impor a ordem é a potência hegemónica. Os EUA gozam de ampla margem de superioridade sobre todos os outros Estados, são o primeiro Estado líder na história internacional moderna a possuir total supremacia em todas as componentes do poder: económico, militar, tecnológico e geopolítico. Como líder do sistema, os EUA têm os meios e o motivo para manter níveis de segurança essenciais para a prevenção de conflitos locais e limitar disputas no seio do sistema internacional^{xxxvii}. Assim sendo, os EUA têm de recorrer, por vezes, a políticas unilaterais para impor a ordem no sistema. Como potência hegemónica os EUA detêm interesses globais e a enorme diferença de poder entre si e os restantes membros do sistema internacional possibilita a formulação de políticas unilaterais. A rejeição do Tratado de Kyoto e do estatuto do Tribunal Penal Internacional, bem como, a invasão do Iraque, são sinais do unilateralismo norte-americano. Mas, apesar de tudo, o multilateralismo resiste e continua presente na política externa dos EUA.

Apesar de possuir tamanhas capacidades, o poder dos EUA não se encontra tão concentrado ao ponto de se poder falar num “Império Norte-Americano”. Aliás, os EUA têm uma longa tradição anti-imperialista e sempre foram uma democracia. Ora, o multilateralismo está profundamente ligado à identidade colectiva norte-americana. A cultura política liberal e democrática dos EUA é um dos factores que ajuda a manter o multilateralismo presente nas estratégias norte-americanas. Note-se que após a Segunda Guerra Mundial, quando se viram como a maior

potência mundial, os EUA lideraram o processo de criação de uma nova ordem internacional recorrendo a instituições de natureza multilateral, como a ONU e a Aliança Atlântica^{xxxviii}. Mais recentemente, com o fim da Guerra-Fria, durante a reunificação alemã, os norte-americanos foram muito claros na rejeição do unilateralismo e na reafirmação dos compromissos multilaterais. A NATO deveria continuar a existir como garante da estabilidade na Europa e América do Norte e a Alemanha unificada teria de ser membro da Aliança Atlântica. Os EUA desempenharam um importante papel pacificador nos Balcãs, sendo que a sua participação foi feita no interior da aliança atlântica e não unilateralmente. A consolidação e reforma da NATO marcaram as políticas de George Bush e de Bill Clinton. Ou seja, contrariamente ao que muitos previam, com o fim da Guerra-Fria não se verificou uma viragem unilateral na política externa norte-americana, uma vez que, os EUA renovaram os seus compromissos com a ordem multilateral euro-atlântica. Se, nos anos noventa, a hegemonia norte-americana se reforçou, o multilateralismo manteve-se. George W. Bush tomou posse como presidente dos EUA em Janeiro de 2001, oito meses depois era confrontado com os ataques terroristas a Nova York e a Washington. A Administração Bush reagiu construindo uma grande coligação internacional contra o terrorismo, numa clara postura multilateralista. O multilateralismo norte-americano acaba por ser uma auto-limitação da sua hegemonia. John Ikenberry considera que o exercício do poder hegemónico deve ser limitado e institucionalizado, ora a hegemonia norte-americana é limitada pois assenta em valores democráticos e liberais e no funcionamento de instituições internacionais^{xxxix}.

É certo que a estrutura unipolar do sistema internacional pode provocar tentações unilaterais mas, a cultura política liberal tende à aceitação de compromissos multilaterais. Há um risco de a hegemonia americana ser unilateral, mas a verdade é que continua a respeitar o multilateralismo. Unilateralismo e multilateralismo não se excluem e podem perfeitamente coexistir. É verdade que a condição de hegemonia permite uma ampla liberdade de acção, que pode dar origem a políticas unilateralistas. Mas para John Ikenberry, defensor da ideia da hegemonia constitucional, uma ordem política só é legítima quando o exercício do poder é limitado. Para este ser limitado criam-se instituições apoiadas em consensos políticos. Só assim o poder será legítimo^{xl}. É na dimensão institucional que está a natureza multilateral da hegemonia constitucional, a hegemonia dos EUA. Mas os EUA não exercem o seu multilateralismo apenas através de instituições internacionais, o multilateralismo não tem só uma origem institucional. No que diz respeito à contenção da proliferação nuclear, os EUA desenvolvem actividades multilaterais que não têm origem institucional, como por exemplo a “Proliferation Security Initiative” ou as “Six-Party Talks”^{xli}.

Desde o seu primeiro mandato que a Administração Bush construiu uma estratégia contra a proliferação das armas nucleares que ficou delineada em Dezembro de 2002 na “Nathion Strategi to Compat Weaponds of Mass Destrucdtion”. Os três pilares desta estratégia são a prevenção da proliferação, a contraproliferação e a gestão de consequências. A prevenção da proliferação pretende impedir que Estados irresponsáveis e grupos terroristas adquiram armas de destruição maciça, materiais nucleares e sistemas de lançamento. A contra proliferação surge

como reconhecimento de que a prevenção nem sempre é bem sucedida, pelo que os EUA e os seus aliados devem possuir capacidades para dissuadir, detectar, defender-se e derrotar aqueles que pretendam possuir e utilizar armas de destruição maciça. A gestão de consequências aponta para a redução dos efeitos trágicos que um ataque com armas de destruição maciça possam ter em território norte-americano ou noutra local do globo. Um elemento central destes três pilares da estratégia norte americana de contenção da proliferação nuclear é o compromisso com o multilateralismo. Na contenção da proliferação nuclear o multilateralismo tem estado presente no reforço de mecanismos já existentes e na criação de novos.

Um mecanismo essencial nesta estratégia é o TNP. O TNP é a pedra angular do regime internacional de não proliferação nuclear estabelecendo a base legal para as acções contra aqueles que violem o regime estabelecido. Associado ao TNP está o sistema de salvaguardas da AIEA que envolve inspecções internacionais e mecanismos de verificação destinados a impedir que programas nucleares se transformem em programas de armas ilegais. Descobertas algumas lacunas neste sistema, a AIEA criou os Protocolos Adicionais que vieram reforçar os Acordos de Salvaguarda. Um Estado que negocie e ratifique o Protocolo Adicional permite que os inspectores da AIEA inspecionem actividades e instalações não declaradas. Outro mecanismo inclui regimes multilaterais de controlo de exportações, nomeadamente o “Nuclear Suppliers Group” e o “Zangger Committee”^{xlii}. Para fabricar uma arma nuclear um país tem de possuir plutónio separado ou urânio altamente enriquecido. Estes regimes de controlo de exportações procuram prevenir que se consiga adquirir a tecnologia necessária para obter qualquer um dos dois^{xliii}.

Contudo, a proliferação nuclear desenvolvida por Estados irresponsáveis e redes internacionais tornou claro que estes mecanismos de não proliferação não são completamente eficazes. Uma maior acção multilateral é necessária para reforçar tais mecanismos. O desmantelamento da rede internacional dirigida por A.Q.Khan e a subsequente decisão da Líbia de abandonar os seus programas nuclear e de mísseis de longo alcance, não teria sido possível sem uma acção multilateral efectiva e eficaz, baseada em informações secretas e cooperação cerrada. Directamente relacionada com este sucesso esteve a “Proliferation Security Initiative”^{xliv}, da autoria do Presidente George W.Bush. Hoje em dia, cerca de setenta países apoiam a PSI. Esta iniciativa alterou o modo como os Estados actuam conjuntamente contra a proliferação nuclear, pois pretende incrementar a capacidade operacional conjunta dos países nas áreas diplomática, militar, de inteligência e de aplicação das leis nacionais e internacionais. A PSI não é um tratado nem uma organização internacional, é uma actividade, uma verdadeira parceria destinada a actuar activamente, dissuadindo e impedindo que armas de destruição maciça caiam em mãos erradas.

Outra iniciativa importante da Administração Bush é a “Global Partnership Against the Threat of Weapons and Materials of Mass Destruction”, empreendida pelo G8 em Junho de 2002. Tal como a PSI, esta aliança mundial é uma actividade, uma parceria, não é uma organização internacional, depende dos compromissos de Estados soberanos que actuam isoladamente mas, em comum acordo, para proteger os materiais vulneráveis. Os líderes do G8 e outros treze

países que entretanto se juntaram a esta aliança mundial, comprometeram-se a arrecadar cerca de vinte mil milhões de dólares no prazo de dez anos para projectos destinados a impedir que armas de destruição maciça e materiais conexos caiam em mãos erradas. Os Estados Unidos contribuem com cerca de um bilião de dólares anuais para programas destinados a reforçar controlos de fronteira e de exportações que previnam o tráfico ilegal destes materiais. A maior parte desta verba destina-se a apoiar programas de assistência na Rússia, na Ucrânia, no Kazaquistão, no Uzbequistão, na Geórgia e na Líbia.^{xlv}

Em Setembro de 2003, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, George W. Bush propôs que o Conselho de Segurança aprovasse uma resolução a exortar os Estados membros a criminalizarem a proliferação de armas de destruição maciça, a aprovarem controlos de exportação e a protegerem os seus materiais vulneráveis. Em Abril de 2004 o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Resolução 1540, logrando assim os objectivos dos Estados Unidos. Esta resolução responde ao pedido de acção feito pelo presidente Bush na Assembleia Geral em Setembro de 2003: *“Because proliferators will use any route or channel that is open to them, we need the broadest possible cooperation to stop them. Today, I ask the UN Security Council to adopt a new anti-proliferation resolution. This resolution should call on all members of the UN to criminalize the proliferation of weapons of mass destruction, to enact strict export controls consistent with international standards, and to secure any and all sensitive materials within their own borders”*^{xlvi}. Em vez de requerer anos de negociação de tratados e a criação de instituições complexas, a Resolução 1540 baseia-se no conceito de que os países soberanos têm a responsabilidade de aprovar e aplicar leis que cubram as lacunas exploradas pelas redes criminosas que actuam no mercado negro internacional^{xlvii}.

Os EUA estão empenhados na preservação e fortalecimento do TNP, defendendo que qualquer ameaça de incumprimento do tratado deve ser combatida. A comunidade internacional não deve permitir que Estados irresponsáveis violem os seus compromissos no fortalecimento da segurança internacional. A Líbia tinha um programa secreto de armas nucleares, mas tomou a decisão certa de renunciar e desmantelar esse programa regressando ao total cumprimento das obrigações do TNP. Os Estados Unidos estão empenhados em que a Coreia do Norte renuncie ao seu programa de armas nucleares. Impulsionadores da formação das “Six Party Talks”, os EUA conseguiram levar a Coreia do Norte para a mesa de negociações, tentando convencer as autoridades de Pyongyang de que a única opção viável é negociar e acabar com as suas ambições nucleares. Espera-se agora, que a Coreia do Norte regresse à mesa das negociações e cumpra com o acordado na última ronda das Six Party Talks, abandonando de forma completa, verificável e irreversível, os seus programas nucleares e de mísseis. O programa nuclear Iraniano conta com cerca de duas décadas de existência. O Irão adoptou sempre uma postura de negação e engano, incumprimento do TNP, falta de cooperação com a AIEA e desenvolvimento de capacidades nucleares que ultrapassam a mera utilização civil. A UE-3 constituída pela França, Alemanha e Grã-Bretanha, apoiada pelos Estados Unidos, tem procurado obter uma solução diplomática para o problema nuclear iraniano. O Irão deve pôr termo às actividades de enriquecimento de urânio, desmantelar equipamentos e instalações relacionadas com tal

actividade e permitir as inspecções da AIEA, demonstrando assim que não está a utilizar um programa nuclear supostamente pacífico para esconder um programa de armas nucleares.^{xlviii}

Na conferência de revisão do TNP em Maio de 2005, os Estados foram incapazes de alcançar um consenso sobre matérias importantes. Um consenso seria benéfico para o regime de não proliferação, mas não é surpreendente que cerca de cento e oitenta Estados não consigam atingir esse consenso. O mais importante é que a grande maioria dos Estados expressou o seu apoio ao Tratado e ao regime, discutiram os desafios que a comunidade internacional enfrenta e debateram seriamente meios de os enfrentar^{xlix}. No seu discurso de encerramento o embaixador Jackie W. Sanders, enviado especial do Presidente George W. Bush à conferência de revisão do TNP, declarou que: *“There was important discussion of the grave challenges to security and to the nonproliferation regime posed by Iran’s and the DPRK’s noncompliance (...) this Conference may not have reached consensus, but we did discuss these challenges (...) Building political consensus takes time, and that process remains far from complete. Our Delegation, however, is convinced that we, the Parties to the NPT, have taken important steps here, which need to continue. The United States will cooperate with all Parties committed to strengthening the Treaty and the nuclear nonproliferation regime so that we can pass on to future generations a better and more secure world and an NPT regime that remains strong and vibrant.”*¹

Recentemente o Departamento de Estado norte-americano efectuou alterações na sua organização fundindo os gabinetes de não proliferação e do controlo de armas num único gabinete denominado “International Security and Nonproliferation”. Este novo gabinete combina os meios e a experiência dos dois antecessores, focando o seu trabalho nas mais urgentes prioridades dos EUA – prevenir a proliferação de armas de destruição maciça e desenvolver iniciativas de não proliferação e de contraproliferação. Os Estados Unidos estão empenhados no aperfeiçoamento da protecção e da segurança de armas e materiais nucleares através de inúmeros programas de assistência desenvolvidos pelos Departamentos de Estado, da Energia e da Defesa colaborando com Estados em todo o mundo. Por exemplo, o Departamento de Energia lançou em 2004 a “Global Threat Reduction Initiative” destinada a converter reactores de urânio altamente enriquecido para reactores de urânio pouco enriquecido, assim como programas que impeçam a utilização de material radioactivo em “bombas sujas”. A nível multilateral, os Estados Unidos estão profundamente empenhados no reforço das estruturas e regimes internacionais de não proliferação. Os EUA são o principal financiador do “Nuclear Security Plan” da AIEA, tendo concedido mais de vinte e cinco milhões de dólares desde o 11 Setembro de 2001. Este plano fornece assistência na protecção e segurança dos materiais e instalações nucleares civis, na prevenção do tráfico ilícito e na segurança de materiais radioactivos.^{li}

Concluindo, os Estados Unidos estão efectivamente e multilateralmente empenhados na contenção da proliferação nuclear. Foi aqui apresentado um conjunto de programas e iniciativas destinado a tornar o mundo mais seguro e livre do flagelo das armas de destruição maciça. Mais do que qualquer outro país, como lhe compete, os Estados Unidos têm tomado o papel principal

no desenvolvimento de uma série de mecanismos destinados a prevenir, proteger, dissuadir, interditar e proibir a proliferação de armas nucleares, materiais e tecnologias conexas de serem adquiridas e utilizadas por Estados irresponsáveis, por terroristas e por quem quer que os apoie. O sucesso requer a colaboração activa de toda a comunidade internacional. A tarefa de contenção da proliferação nuclear é demasiado grande, demasiado importante e demasiado complexa para ser levada a cabo por um só país ou uma só organização internacional. Os EUA demonstram-se dispostos a desempenhar um papel primordial nesta luta, de preferência recorrendo a soluções multilaterais. Entendo que a forma mais correcta de analisar a política externa norte-americana é associar multilateralismo e unilateralismo. Os EUA parecem dispostos a recorrer ao multilateralismo sempre que possível e ao unilateralismo quando necessário. Esta mistura de unilateralismo e multilateralismo significa que os americanos preferem actuar em conjunto e com o apoio de outros Estados e de organizações internacionais, mas sem nunca esquecerem que são suficientemente poderosos para actuar sozinhos se necessário.

Como refere Robert Kagan, *“it’s the unilateralist iron fist inside the multilateralist velvet glove”*. Pode não ser exactamente o multilateralismo pretendido pelos europeus ou pelas Nações Unidas, mas *“in an age of American hegemony, it will be multilateralism, American style”*ⁱⁱⁱ.

2. OS EUA E A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR NO IRÃO

Quando o regime revolucionário islâmico do Ayatollah Khomeini ocupou o poder em 1979, herdou dois reactores nucleares, inacabados, fornecidos pela Alemanha. Ainda em construção, as duas instalações sofreram graves danos provocados por bombardeamentos iraquianos, durante a Guerra Irão-Iraque de 1980-88. Após o fim da guerra, a Alemanha recusou-se a reconstruir e concluir as centrais nucleares devido ao aparente interesse iraniano em obter armas nucleares. Contudo, o regime de Khomeini tinha herdado outros meios que lhe possibilitavam continuar as actividades nucleares, nomeadamente, o Centro de Pesquisa Nuclear de Teerão, equipado com um pequeno reactor nuclear de pesquisa fornecido pelos Estados Unidos ainda durante o reinado do Xá. O desejo do regime de Khomeini de desenvolver um programa nuclear era tão forte que, em 1984, em plena Guerra Irão-Iraque, inaugurou um novo Centro de pesquisa Nuclear em Esfahan. As enormes perdas sofridas pelo Irão durante a guerra desempenharam um papel importante na decisão iraniana de investir em armas de destruição maciça. Para produzir o material nuclear necessário à obtenção de armamento nuclear, o Irão buscou auxílio técnico e especializado na China e na Rússia, com vista ao alargamento do seu programa de pesquisa e desenvolvimento de energia nuclear. Mas, porque o desenvolvimento da capacidade doméstica de produção do material nuclear necessário para obter uma arma nuclear pode levar décadas, o Irão procurou, de igual modo obter tais materiais, ilicitamente no mercado negro internacional. A China tem fornecido assistência ao programa nuclear iraniano desde meados dos anos oitenta. Através de um acordo de cooperação assinado em 1990, a China formou técnicos e engenheiros nucleares iranianos. Pela mesma altura, a China forneceu ao Irão dois mini-reactores de pesquisa que foram instalados em Esfahan.

Ambos os países referiram que o auxílio se destinava unicamente a fins pacíficos e estava de acordo com as obrigações do TNP. Os EUA opuseram-se a tal auxílio, com o argumento de que poderia suportar os esforços iranianos de obtenção de armamento nuclear.^{liii}

Em 1991, tentando remover as constantes suspeitas acerca do seu programa nuclear, o Irão concordou que, para além das inspecções de rotina da AIEA sobre todas as suas actividades nucleares, os inspectores da agência efectuassem inspecções especiais e visitassem qualquer local no país em busca de actividades nucleares ilícitas. A AIEA faria duas visitas especiais, uma em Fevereiro de 1992 e outra em Novembro de 1993. Em nenhuma delas descobriu qualquer violação ao TNP, mas refira-se que não teve total liberdade de movimentos. As preocupações norte americanas, obviamente, não desapareceram com o resultado destas visitas. A China e a Rússia eram, no início dos anos noventa os únicos grandes fornecedores nucleares dispostos a negociar com o Irão. Os fornecedores nucleares ocidentais, contrariamente, desde os primeiros dias do regime iraniano, aderiram ao embargo liderado pelos EUA que impedia as vendas de material nuclear ao governo revolucionário do Irão. Os EUA contaram com o NSG^{liv}, para coordenar o embargo ocidental. Este embargo incidia sobre centrais nucleares, materiais essenciais para o funcionamento destas e equipamento relacionado com o enriquecimento de urânio e a produção de água pesada. As regras do NSG permitem a venda destes materiais desde que sujeitos a controlos de exportação e a inspecções no Estado receptor, mas Washington convenceu os seus parceiros ocidentais a adoptarem uma politica mais restrita face ao Irão. A China não é membro do NSG e a Rússia, apesar de membro, rejeitou explicitamente a interdição liderada pelos Estados Unidos às exportações nucleares para o Irão. Moscovo argumentava que os EUA não tinham apresentado provas suficientes de que o Irão prosseguia um programa de armas nucleares, afirmando ainda que o reactor de água-leve^{lv} que a Rússia estava a fornecer ao Irão não representava riscos e que estaria sob a inspecção da AIEA^{lvi}. A Rússia lembrou aos Estados Unidos que, eles próprios, tinham promovido a venda de reactores de água-leve à Coreia do Norte, um Estado apontado como violador do TNP, nos termos do “Agreed Framework” de Outubro de 1994^{lvii}.

2.1 A Administração Clinton e o Programa Nuclear Iraniano

Após a Guerra do Golfo em 1991, por pressão da Administração Norte-Americana, o NSG estenderia em Abril de 1992, os seus controlos a materiais de dupla-utilização, ou seja materiais com a possibilidade de utilização nuclear e não nuclear. Assim que as novas regras do NSG foram adoptadas, Washington procurou apoio entre as potências ocidentais para se proibir toda e qualquer transferência de materiais de dupla utilização para o Irão, mas só a Grã-Bretanha e a Alemanha concordaram^{lviii}. Em Novembro de 1992 numa reunião do Grupo dos 7 (G7), os EUA apresentaram uma proposta para se reduzir as vendas ocidentais de materiais estratégicos de dupla utilização ao Irão. Esta iniciativa norte-americana materializar-se-ia, quatro anos mais tarde, na Administração Clinton, com a assinatura a 12 de Julho de 1996 do “Acordo Wassenaar”^{lix}. O controlo de vendas de materiais militares susceptíveis de dupla utilização efectuado por intermédio deste acordo incidia, sobretudo, sobre tecnologias que podiam facilitar

a proliferação de armas de destruição maciça. Apesar do acordo não referir os seus alvos, ficava implícito que a Administração Clinton pretendia pedir transferências de armas e tecnologias com fins militares para os quatro Estados irresponsáveis – Irão, Iraque, Líbia e Coreia do Norte^{lx}. Como já foi referido, após a revolução iraniana de 1979, o acordo de cooperação nuclear EUA – Irão expirou pois deixaram de estar reunidas as condições de confiança entre os dois países. Mas, foi só em 1992 que com o “Iran – Iraq Arms Non-Proliferation Act”, foram expressamente proibidas as exportações para o Irão de todo e qualquer material de utilização dupla, bem como, a venda de armas quer pelo governo quer por empresas norte-americanas. Recorde-se que, desde o início dos anos oitenta, logo após a revolução iraniana, os EUA impuseram uma vasta série de sanções ao Irão, não necessariamente relacionadas com o programa nuclear iraniano mas sobretudo devido ao apoio dado pelo Irão ao terrorismo internacional^{lxi}. A 6 de Março de 1992 novas sanções foram impostas pelos Estados Unidos através do “Arms Export Control Act” e do “Export Administration Act”, contra o Irão e a Coreia do Norte, pelo facto deste ter transferido para aquele mísseis Scud e tecnologia para produção dos mesmos. A preocupação dos Estados Unidos recaía no facto destes mísseis poderem transportar ogivas nucleares. Sanções económicas foram impostas durante dois anos a ambos os países mas tiveram pouco significado, servindo sobretudo para chamar a atenção da comunidade internacional para o facto dos dois países efectuarem trocas de armas estratégicas entre si^{lxii}. Em 1992 Washington tentou convencer a China a suspender indefinidamente a venda ao Irão de um reactor de pesquisa para a produção de plutónio. No mesmo ano, convenceu a Argentina a não exportar para o Irão tecnologia nuclear, nomeadamente para a produção de água pesada.^{lxiii} No seu esforço para impedir a proliferação nuclear no Irão, os EUA, durante o ano de 1993, procuraram persuadir vários Estados industrializados a não concederem créditos nem permitirem empréstimos bancários ao Irão. Mais uma vez, o sucesso norte-americano foi parcial^{lxiv}.

Em meados da década de noventa, os EUA aumentaram as suas sanções anti-proliferação contra o Irão. A 30 de Abril de 1995 o presidente Bill Clinton tornou claro que um dos objectivos da ampla política de sanções económicas e militares dos EUA era impedir o Irão de prosseguir um programa de armas nucleares: *“I am formally announcing my intention to cut off all trade and investment with Iran and to suspend nearly all other economic activity between our nations. This is not a step I take lightly, but I am convinced that instituting a trade embargo with Iran is the most effective way our nation can help to curb that nation’s drive to acquire devastating weapons and its continued support for terrorism”*.^{lxv}

Em 8 de Janeiro de 1995, a Rússia assinou com o Irão um acordo de oitocentos milhões de dólares através do qual a Rússia se comprometia a concluir a construção de um dos dois reactores nucleares inacabados de Bushehr (fornecidos pela Alemanha em 1976 e danificados durante a Guerra Irão–Iraque). Por força do mesmo acordo a Rússia forneceria urânio pouco enriquecido^{lxvi}, assistência técnica e formação de cientistas iranianos em centrais nucleares russas.^{lxvii} Os acordos chineses e russos de auxílio ao programa nuclear iraniano provocavam grande preocupação em Washington. Apesar de reconhecer que, aparentemente, os acordos

estavam conforme as regras internacionais de não proliferação, a Administração Clinton protestou e chamou a atenção para o facto do apoio russo e chinês poder contribuir indirectamente, mas substancialmente, para um programa de armamento nuclear iraniano. A tensão entre o governo russo e a Administração Clinton surgiu quando se descobriu em Abril de 1995 que do contrato russo – iraniano de Janeiro também fazia parte um acordo para construir uma central de enriquecimento de urânio por centrifugação de gás^{lxviii}, o que poderia possibilitar ao Irão produzir urânio altamente enriquecido^{lxix} com um grau de concentração suficiente para ser utilizado em armas. Sob pressão dos Estados Unidos o presidente russo Boris Yeltsin anunciaria que a Rússia não iria fornecer as centrifugadoras de gás para a central de enriquecimento iraniana. Na cimeira de Moscovo de 10 de Maio de 1995, Yeltsin informou Clinton que não forneceria tecnologia nuclear utilizável em armas ao Irão e que, como parte deste seu empenho, anularia a parte do acordo referente à central de enriquecimento de urânio, reconhecendo que esta poderia possibilitar ao Irão a obtenção de armas nucleares. A Rússia manteria no entanto, o apoio na construção de um reactor nuclear de água-leve em Bushehr^{lxx}.

Em Setembro de 1994, no 3º Comité Preparatório da Conferência de Revisão do TNP, o Irão ameaçou abandonar o tratado com o fundamento de que o embargo ocidental liderado pelos EUA, violava o artigo 4º do TNP. Este artigo garante “o direito inalienável de todos os membros do tratado de desenvolverem pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos”, assim como total acesso a “equipamentos, materiais e informação científica e tecnológica” para fins pacíficos^{lxxi}. Na conferência de revisão do TNP, concluída em 11 de Maio de 1995, o Irão ameaçou constantemente bloquear os trabalhos e retirar-se do tratado. Não o terá feito porque a Rússia ameaçou que se tal acontecesse, ficaria em risco a venda de reactores a Teerão. Em finais de 1995 a cooperação chinesa para o desenvolvimento de reactores iranianos foi suspensa. Para além de dificuldades financeiras iranianas, a principal causa apontada para esta decisão terá sido a forte pressão diplomática dos EUA^{lxxii}.

Continuando o seu esforço de contenção de proliferação nuclear, em Fevereiro de 1996, o Presidente Clinton aprovou diversa legislação destinada a restringir os programas iranianos de armas de destruição maciça, destacando-se as alterações ao “Iran-Iraq Arms Non-Proliferation Act” de 1992, que passou a impor sanções a qualquer pessoa ou governo estrangeiro que comercializasse ou transferisse materiais ou tecnologias assim como contribuísse com conhecimentos técnicos e científicos, auxiliando de tal modo os esforços iranianos para adquirir armas de destruição maciça.

Apesar da China ter suspenso o seu plano de venda de reactores ao Irão, em Abril de 1996 o Departamento de Defesa norte-americano ainda apontava a China como a grande fonte de assistência nuclear do Irão. A China continuava a apoiar o Irão na construção de uma fábrica de conversão de urânio perto de Esfahan. Se fosse construída, esta instalação poderia permitir ao Irão produzir material de fissão^{lxxiii} necessário para fabricar armas nucleares. Apesar desta instalação estar de acordo com o TNP e ter sido declarada à AIEA, não deixava de levantar suspeitas pois os materiais dela obtidos podiam muito bem ser utilizados numa instalação

nuclear não declarada. Em Novembro de 1996 o governo chinês informou Washington que estava disposto a cancelar o apoio à construção da fábrica de conversão de urânio de Esfahan, colocando-se assim de acordo com as leis norte americanas de contenção da proliferação nuclear. Em Março de 1997 as autoridades chinesas confirmariam oficialmente a suspensão daquele acordo com o Irão^{lxxiv}.

Em 24 de Setembro de 1996 o Irão assinou o “Comprehensive Test Ban Treaty”^{lxxv}, contudo, até hoje, ainda não o ratificou, nem parece querer fazê-lo. Aqui coloco a questão: porque razão um país que diz não prosseguir um programa de armas nucleares ainda não ratificou este acordo internacional? Se, de facto os governantes iranianos teimam em afirmar que o seu programa nuclear é unicamente civil e pacífico, porque motivo não ratificam este acordo demonstrando assim à comunidade internacional a sua boa vontade?

No início de 1997, a situação parecia positiva para as estratégias norte-americanas pois os planos iranianos enfrentavam crescentes obstáculos. A China havia suspenso a sua assistência ao Irão e a Rússia tinha reduzido amplamente a sua assistência técnica ao programa nuclear iraniano. A estes factores positivos, juntava-se a monitorização contínua por parte da AIEA. Em Julho de 1997, o então Director Geral da AIEA Hans Blix, visitou dois novos centros de pesquisa nuclear no Irão, um em Bonab e outro em Ramsar. Em nenhuma das visitas, acompanhadas de muito perto pelas autoridades iranianas, a AIEA encontrou qualquer sinal de actividades nucleares clandestinas. Os dois relatórios da AIEA seriam logo utilizados pela propaganda iraniana. Em 29 de Setembro de 1997 o presidente da Organização de Energia Atómica do Irão, Gholam Aghazadeh declarou que o Irão havia provado toda a sua transparência através das diversas inspecções da AIEA. Isto provocou grande desconforto no seio da Agência e a contestação norte-americana pelo facto do Irão distorcer os resultados das inspecções^{lxxvi}.

Entretanto, em 24 de Maio de 1997, o clérigo islâmico moderado Mohamed Khatami havia sido eleito presidente do Irão com quase 70% dos votos. Com a sua eleição surgiram expectativas de um acalmar de tensão entre o Irão e os EUA. Durante as eleições iranianas muitos questionaram a continuidade da política de “Dual Containment” dos EUA. Brzezinsky e Brent Scowcroft, antigos conselheiros de segurança das administrações Carter, Ford e Bush, defendiam uma moderação das sanções económicas contra o Irão, apelando à utilização da estratégia da “cenoura e do pau” para controlar a alegada perseguição iraniana de armas nucleares^{lxxvii}. Com efeito, a eleição de Khatami levou a que os Estados Unidos alterassem a sua política em relação ao Irão, passando a desenvolver preferencialmente uma política de “engagement” em que a Administração Clinton oferecia ao Irão propostas de diálogo oficiais^{lxxviii}. O Presidente Clinton apelidou a eleição de Khatami de “interessante” e “esperançosa”, mas tornou bem claro que a reconciliação com o Irão teria de ultrapassar três grandes obstáculos: a nova liderança iraniana teria de demonstrar aos EUA e à comunidade internacional que já não via o terrorismo como extensão das suas políticas; que não recorreria nem apoiaria a violência para destruir o processo de paz no Médio Oriente; e que não desenvolvia um programa de armas nucleares. O Irão deu a entender que estava disposto a encetar um diálogo com os EUA, desde que estes demonstrassem a sua boa fé, designadamente, levantando as sanções e desistindo das acusações contra o

Irão^{lxxxix}. Até que o regime de Khatami adoptasse posições coincidentes com as exigências dos EUA, a Administração Clinton continuaria com a sua política de contenção do Irão recorrendo ao isolamento diplomático e às sanções^{lxxx}.

A questão do reactor nuclear de Bushehr ressurgiria em Setembro de 1997 durante conversações entre o Vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e o Primeiro-Ministro russo, Viktor Chernomyrdin. Aparentemente a Rússia reconhecia que o projecto iraniano-russo de Bushehr apresentava alguns riscos e admitia um regime de inspecções mútuas com os EUA, contudo, o governo russo mostrou-se contra quaisquer inspecções mútuas afirmando que o Irão é um Estado soberano e que os reactores de Bushehr seriam construídos sob vigilância da AIEA. Mas, por outro lado, o desenvolvimento do projecto de Bushehr estava ameaçado por dificuldades financeiras dos dois países e por dificuldades em se estabelecer um acordo conclusivo entre o governo russo e a Organização de Energia Atómica Iraniana. Devido a tais dificuldades, em finais de 1997, o prazo de conclusão do projecto de Bushehr situava-se no ano de 2003^{lxxx}.

Para além destes atrasos, o programa nuclear iraniano teve ainda de lidar, em 1997, com o fim oficial da assistência nuclear chinesa. Para obter a certificação norte-americana de que estava em cumprimento das leis de não proliferação dos EUA e assim obter total acesso à mais avançada tecnologia nuclear americana nos termos do Acordo de Cooperação Nuclear EUA – China de 1985, o Presidente chinês Jiang Zemin acordou, na cimeira de 29 de Outubro de 1997 com o presidente Clinton, que a China iria cessar a assistência nuclear ao Irão. Fora deste acordo ficaram as vendas de mísseis de cruzeiro e de tecnologias para a sua construção, assim como a venda de armas químicas^{lxxxii}. Chamo aqui a atenção para o facto desta negação ser preocupante. Note-se que, os mísseis são o principal meio de transporte e lançamento mais usual de armas nucleares. Devido à assistência fornecida ao longo dos anos pela Coreia do Norte, pela China e pela Rússia, o Irão alcançou progressos significativos tornando-se auto-suficiente na produção de mísseis balísticos. Possui várias centenas de mísseis Scud de diversos tipos, e cerca de 200 mísseis CSS chineses de curto alcance. Mais preocupantes são os mísseis Shahab^{lxxxiii}. Em Julho de 1998 e 2000, o Irão testou com sucesso o míssil de alcance intermédio Shahab III, derivado do míssil norte-coreano No Dong, com um alcance estimado de 1300km. Tal que permite ao Irão atingir qualquer ponto do território israelita. Em Novembro de 2004 as autoridades iranianas afirmaram possuir um novo modelo, o Shahab IV e ser capazes de os produzir em larga escala. Estes mísseis têm um alcance de quase 2000km, pelo que, grande parte do Próximo Oriente e da Europa estarão ao seu alcance, incluindo as bases norte-americanas na Turquia. A “Organização do Povo Mojahedin do Irão”^{lxxxiv} afirmou, no início de 2005, que as autoridades iranianas estão a desenvolver um míssil com um alcance ainda maior, cerca de 1500 milhas (2400Km) com o auxílio de cientistas norte-coreanos^{lxxxv}. O grande problema é que os mísseis possuídos e em desenvolvimento pelo Irão, se associados a uma ogiva nuclear, colocam em enorme risco Estados-membros da União Europeia, Israel e interesses norte-americanos por todo o Próximo e Médio Oriente. Pela dupla utilização que estes mísseis podem ter, é essencial que os seus programas não sejam dissociados dos programas nucleares.

Como foi referido anteriormente, a eleição de Khatami em Maio de 1997, levou os EUA a derivarem um pouco da sua estratégia de “containment” adoptando alguns esforços de aproximação ao Irão. Assim, como parte desta nova política de “engagement”, num discurso em Junho de 1998, a Secretária de Estado norte americana Madelaine Albright, apelou ao estabelecimento de medidas de confiança mútuas que podiam levar à constituição de um “road map” para a normalização de relações entre os dois Estados. Mais tarde, em 17 de Março de 2000, encorajada pela vitória reformista nas eleições legislativas iranianas deste mesmo mês, Albright anunciou uma diminuição nas sanções às importações iranianas e prometeu que os EUA estariam dispostos a resolver alguns problemas pendentes com o Irão. No entanto, o Irão considerou os passos norte-americanos insuficientes e recusou iniciar diálogos directos com a Administração Clinton. Ainda assim, em Setembro de 2000 na Cimeira do Milénio nas Nações Unidas, o Presidente Clinton e a Secretária de Estado Albright enviaram um sinal positivo às autoridades do Irão, marcando presença nos discursos do Presidente Khatami^{lxxxvi}.

No final do mandato de Clinton, o governo norte-americano acreditava que as suas sanções económicas contra o Irão estavam a afectar o sector energético e, possivelmente, a contribuir para o retrocesso do programa nuclear iraniano. Ao mesmo tempo, não havia qualquer tipo de informação ou prova de que o Irão tivesse adquirido armas ou material nuclear no mercado negro internacional, na Rússia, na China, ou em qualquer outra fonte. Por outro lado, algo que preocupava ainda a cessante Administração Clinton, eram as toneladas de materiais nucleares utilizáveis em armas que permaneciam em condições precárias de segurança na Rússia e em países da ex-URSS. A falta de segurança das instalações nucleares e dos cemitérios de materiais radioactivos da Rússia e de outros países do leste europeu, preocupam ainda hoje, pois podem ser alvo de roubos, desvios e possibilitar, assim, que Estados irresponsáveis como o Irão ou um grupo terrorista obtenham facilmente materiais para construir uma arma nuclear ou uma “bomba suja”.

No essencial, a estratégia da Administração Clinton para o Irão resumia-se à tentativa de isolar o regime de Teerão através de uma política de “containment”. Apesar de alguns esforços ocasionais de “engagement”, de aproximação e tentativa de negociação com o Irão, sobretudo após a eleição de Khatami em 1997 e a vitória dos reformistas nas legislativas de 2000, a hostilidade do Irão para com o processo de paz no Médio Oriente, o apoio a grupos terroristas e a forte suspeita de possuírem um programa de armas nucleares, acabou por convencer os EUA de que o “containment” era a melhor estratégia. O elemento central desta estratégia consistia em pressionar e persuadir terceiras partes. A estratégia norte-americana pretendia abrandar e destroçar o programa nuclear iraniano, impedindo o seu acesso a materiais, tecnologias e apoios essenciais, impondo sanções aos fornecedores, fossem eles Estados, empresas ou indivíduos. Uma das mais importantes legislações da Administração Clinton foi o “Iran Non Proliferation Act” aprovada pelo Congresso em 2000 e que autorizava sanções contra qualquer entidade estrangeira que auxiliasse os programas iranianos de mísseis e nuclear^{lxxxvii}. Tendo concluído que uma das maiores vulnerabilidades do Irão era a sua dependência face à Rússia – nomeadamente no desenvolvimento do projecto de Bushehr – a Administração Clinton efectuou

esforços diplomáticos tentando que Moscovo terminasse com os fornecimentos de materiais e tecnologias nucleares ao Irão, prometendo à Rússia compensações económicas e comerciais. Se do outro grande auxiliador do programa nuclear iraniano, a China, os Estados Unidos obtiveram bons resultados, já quanto à Rússia o sucesso foi relativo. Em 2000, a Rússia, agora sob a liderança do Presidente Vladimir Putin, derivou dos entendimentos Gore-Chernomyrdin de 1995 e 1997 e afirmou ter o direito de contratar com o Irão o fornecimento de reactores nucleares como qualquer outro comércio civil legítimo, referindo que a cooperação russa tinha fins pacíficos e que a Rússia também era capaz de controlar as actividades do Irão impedindo que estes violassem os compromissos com o TNP e a AIEA^{lxxxviii}.

2.2 A Administração Bush e o Programa Nuclear Iraniano

A Administração Bush iniciou funções empenhada em dar continuidade aos esforços da Administração Clinton de limitar as capacidades estratégicas do Irão, recorrendo sobretudo a sanções económicas e à diplomacia. A nova Administração norte-americana pretendia travar a afluência de tecnologia e matérias nucleares para o Irão, tendo conduzido uma estratégia que oscilou entre tentativas de “engagement” e, mais frequentemente, hostilidade. O trágico acontecimento do 11 de Setembro de 2001 – no qual o Irão não terá estado envolvido –, foi um elemento chave para o endurecimento da política externa norte-americana dirigida aos Estados que combinem o apoio ao terrorismo com suspeitas de prosseguirem programas de armas de destruição maciça^{lxxxix}. Recorde-se que, quatro meses após o 11 de Setembro, no seu discurso do Estado da União, o presidente George W. Bush nomeou o Irão como parte do “Eixo do Mal”, apesar de não haver provas de que o Irão estivesse envolvido nos ataques. A posição dos EUA após o 11 de Setembro foi construída com base no cepticismo relacionado com a eficácia de instrumentos multilaterais, como tratados de controlo de armas e com conceitos da Guerra-Fria como a dissuasão num novo ambiente de crise de segurança em que as ameaças surgem sem o mais pequeno aviso de Estados irresponsáveis e de actores sub-nacionais como a Al Qaeda. Num discurso a 31 de Maio de 2003 o Presidente Bush traçou a “Proliferation Security Initiative”, apontando um conjunto de medidas destinadas a prevenir ou impedir a proliferação de armas de destruição maciça^{xc}.

Para além do 11 de Setembro, outros acontecimentos levaram os EUA a endurecer as suas políticas, nomeadamente a descoberta em 2002, de duas instalações nucleares iranianas até então desconhecidas, a posterior descoberta de urânio altamente enriquecido e a revelação do apoio prestado ao Irão pela rede de A.Q.Khan^{xci}. Como se tem demonstrado, Washington tenta periodicamente estabelecer canais de contacto com Teerão para discutir e encontrar soluções para problemas entre os dois países, numa clara estratégia de “engagement”, contudo Washington foi afastada para outra via pelas atitudes iranianas que criaram no seio da Administração americana a convicção de que o Irão está a tentar construir armas nucleares sob o manto da sua qualidade de membro do TNP, e que mantém o seu apoio a grupos terroristas. Conforme aumentava a preocupação dos Estados Unidos, aumentava também a especulação quanto a um possível ataque preemptivo contra a central nuclear iraniana de Bushehr^{xcii}, apesar

dos desmentidos dos EUA. Em claro contraste com a posição adoptada no Iraque, a Administração Bush preferiu concentrar os seus esforços na obtenção de aliados na comunidade internacional de modo a pressionar o Irão a cessar as suas actividades de enriquecimento de urânio, a assinar o protocolo adicional ao TNP e a revelar mais e credíveis informações acerca da verdadeira extensão do seu programa nuclear, ameaçando levar o caso ao Conselho de Segurança e com a aplicação de sanções multilaterais^{xciii}.

As suspeitas da comunidade internacional acerca das verdadeiras intenções do Irão tornaram-se mais preocupantes em Dezembro de 2002, quando o PMOI ajudou a expor as actividades nucleares ilegais não declaradas do Irão, fornecendo informações relativas à existência de centrais nucleares em Natanz e em Arak, capazes de produzir material nuclear utilizável em armas^{xciv}. Durante 2003 o Irão recusou-se a ratificar o protocolo adicional aos acordos de salvaguarda da AIEA que permitiriam inspecções mais vastas e eficazes por parte desta, contudo, o Irão concordou em fornecer à agência informações acerca da construção de quaisquer novas instalações nucleares. Preocupante foi, também, a revelação em 2003 de que o responsável pelo programa nuclear paquistanês, A.Q.Khan, vendera ao Irão, à Líbia e à Coreia do Norte tecnologia nuclear avançada. Em Janeiro de 2004 o governo paquistanês confirmou que Khan tinha fornecido, sem qualquer autorização oficial, assistência ao Irão durante os anos oitenta, incluindo centrifugadoras utilizadas no enriquecimento de urânio. Em Fevereiro de 2004, A.Q.Khan admitiu publicamente a venda de tecnologia nuclear àqueles países. Em três anos de inspecções intensivas, entre 2002 e 2005, a AIEA descobriu provas significativas de actividades nucleares iranianas não declaradas. Secretamente o Irão desenvolvia esforços de enriquecimento de urânio e separação de Plutónio, assim como possuía material nuclear importado não declarado. As autoridades iranianas adiaram e provocaram atrasos em inspecções da AIEA, limpavam instalações e chegaram até, em Lavizan – Shian, a demolir a instalação nuclear aí existente^{xcv}.

Ao mesmo tempo a Rússia, apesar das preocupações crescentes acerca do Irão, continuava a trabalhar na central nuclear de Bushehr dando cumprimento ao acordo de Janeiro de 1985. Os EUA desenvolviam intensos esforços diplomáticos tentando dissuadir a Rússia a deixar de apoiar o programa nuclear iraniano, mas com pouco sucesso. Em meados de 2002 a Rússia anunciou um reforço da sua cooperação com o Irão, acordando a construção de mais cinco reactores nucleares. Apesar das autoridades russas terem demonstrado alguma inquietação após a revelação das instalações nucleares secretas de Natanz e Arak e a descoberta de urânio enriquecido pela AIEA, não houve qualquer sinal de Moscovo no sentido de reduzir ou abandonar o seu envolvimento no programa nuclear iraniano. O encontro realizado entre Bush e Putin, a 27 de Setembro de 2003 teve poucos resultados. A Rússia comprometeu-se unicamente a reprocessar o combustível nuclear gasto em Bushehr não permitindo que o Irão tivesse acesso a ele. Os EUA continuavam preocupados pois a central de Bushehr pode fornecer ao Irão capacidades adicionais utilizáveis num programa de armas nucleares^{xcvi}.

2.2.1. Os Acordos UE-3

Acreditando que o “engagement” podia conduzir a maiores sucessos, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, França e Grã-Bretanha (UE-3) iniciaram em 2003, esforços diplomáticos junto das autoridades de Teerão no sentido de limitar o seu programa nuclear. A UE-3 optou por uma política de negociação, desenvolvendo diálogos e trocas comerciais, tendo inclusivamente altas individualidades europeias visitado o Irão, nomeadamente, o Alto Representante da UE Javier Solana em Agosto de 2003 e, em Fevereiro de 2003, o Comissário Europeu para os Assuntos Externos Chris Patten. A Comissão Europeia desenvolveu negociações com Teerão tendentes à celebração de um acordo de cooperação e comércio, contudo, este e outros acordos comerciais da UE com o Irão esbarravam constantemente com as sanções dos EUA ao Irão. Após a descoberta por parte da AIEA das actividades nucleares secretas do Irão durante as inspecções de Fevereiro de 2003, a UE adoptou uma posição mais firme em relação à questão nuclear iraniana, colocando-se ao lado dos Estados Unidos nalgumas exigências imediatas. Em Teerão, a 30 de Agosto de 2003, o Alto Representante da UE tornou claro que a não assinatura e total implementação do Protocolo Adicional, assim como a falta de cooperação com a AIEA, teriam efeitos muito negativos nas relações UE – Irão. A UE reafirmou e reforçou a sua posição na cimeira da AIEA de 8 de Setembro de 2003 em Viena, apelando ao Irão a assinatura, ratificação e implementação do Protocolo Adicional, e a cessação do seu programa de enriquecimento de urânio. Assim, a 21 de Outubro de 2003, após uma série de encontros diplomáticos entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros britânico, francês e alemão e as autoridades iranianas, chegou-se a um acordo. Pela “Declaração Conjunta de 21 de Outubro de 2003”, o Irão concordava em: cooperar inteiramente com a AIEA e revelar por completo todas as suas actividades nucleares, clarificando questões passadas, lacunas, discrepâncias e inconsistências anteriores; assinar o protocolo Adicional e iniciar desde logo o processo de ratificação; suspender todas as actividades de enriquecimento de urânio. Em retorno, a UE-3 reconhecia o direito do Irão a desenvolver energia nuclear para fins pacíficos. Apenas dois dias após o acordo com a UE-3 o Irão deu um primeiro passo em direcção à sua implementação, entregando na AIEA uma declaração (exaustiva e completa, segundo as autoridades de Teerão) das suas actividades nucleares. O Irão admitiu ter tido atitudes faltosas mas, desculpabilizou-se com as sanções “injustas” impostas nos últimos 25 anos pelos EUA. O acordo de 21 de Outubro de 2003 era encorajador e foi bem recebido na comunidade internacional, incluindo nos EUA. A reacção em Washington foi bastante optimista, com o Presidente Bush a considerar o acordo como um desenvolvimento muito positivo.

Determinados assuntos ainda dividiam Washington e Teerão, sobretudo porque os EUA queriam que o Irão desistisse de todo e qualquer tipo de desenvolvimento de energia nuclear, ou seja, essencialmente, pretendiam que o Irão desistisse do seu programa nuclear. O Irão respondia redondamente que não o faria.

O Irão assinou o Protocolo Adicional em 18 de Dezembro de 2003, contudo, até hoje, ainda não o ratificou, pelo que não se encontra em vigor. Apesar de todas as boas vontades demonstradas inicialmente, o acordo com a UE-3 foi-se deteriorando à medida que o Irão se foi apercebendo de que as investigações rigorosas ao seu programa nuclear se iam manter. O Irão manifestou-se

particularmente descontente com os resultados dos relatórios da AIEA de 10 de Novembro de 2003 e de 24 de Fevereiro de 2004, que afirmavam que o Irão tinha violado constantemente as suas obrigações com a AIEA e o TNP ao longo de 18 anos, que haviam sido descobertos vestígios de urânio altamente enriquecido e que militares iranianos estavam envolvidos na construção de equipamento de centrifugação nuclear. Em Junho de 2004, a AIEA criticava o facto da cooperação iraniana não ser tão completa e precisa como deveria ser e, mais uma vez, apelava ao Irão para que suspendesse as suas actividades de enriquecimento de urânio. No mesmo mês as autoridades de Teerão anunciavam ao mundo que não se sentiam mais obrigadas com os compromissos acordados com a UE-3 e iriam rever os seus planos nucleares. Em Julho, o Presidente Mohamed Katami declarava que o Irão não estava ligado a quaisquer compromissos morais de suspensão do enriquecimento de urânio (referindo-se ao Acordo de Outubro de 2003 com a UE-3).^{xcvii} A 29 de Julho de 2004 o Irão retirou os selos colocados pela AIEA em algumas das suas instalações nucleares, basicamente, colocando fim ao acordo com a UE-3. Subsequentemente, em Setembro de 2004, a AIEA revelaria que o Irão estava prestes a reconverter 37 toneladas de urânio em urânio enriquecido, teoricamente suficiente para produzir cerca de cinco bombas nucleares^{xcviii}.

A quebra do acordo com a UE-3, levou os EUA a pensar remeter o caso para o Conselho de Segurança das Nações Unidas para uma possível imposição de sanções internacionais. John Bolton, Subsecretário de Estado norte-americano para o Controlo de Armas e Segurança Internacional afirmou que: *“Iran’s repudiation of a central element of its deal with the EU-3 is a substantial setback for the European approach, and underlines why we believe that the iranian nuclear weapons program must be taken up by the UN Security Council, falling as it does within the Council’s mandate to address threats to international peace and security”*^{xcix}. A Administração Bush pretende negar ao regime iraniano qualquer tipo de programa nuclear, mesmo que desenvolvido sob um rigoroso controlo, argumentando que o Irão não é merecedor da confiança internacional. O problema não está só na proliferação de armas de destruição maciça, mas também no tipo de regimes que têm procurado obter tais armas, nomeadamente, armamento nuclear – Irão, Coreia do Norte, Iraque e Líbia. Quaisquer promessas que Estados irresponsáveis, como os acima referidos, façam à AIEA e à comunidade internacional em geral, não são fiáveis e as inspecções internacionais serão sempre ineficazes em monitorizar eficazmente as suas actividades pois estes regimes actuam sempre de má-fé^c.

Países como a Argentina, o Brasil, a Ucrânia, a África do Sul, efectuaram o desmantelamento voluntário dos seus programas de armas nucleares. Note-se que as decisões de desistir de tais programas foram tomadas após a destituição dos respectivos regimes não democráticos, ou seja, após terem feito transições democráticas.

Os EUA, desde meados dos anos oitenta, têm na promoção da democracia um objectivo central da sua política externa. Estes regimes autoritários acabaram por se ir modificando, sobretudo, na sequência de alterações institucionais. A promoção da democracia não passa obrigatoriamente por alterações violentas de regimes políticos, passa, essencialmente, por promover os direitos humanos, os princípios do liberalismo e da democracia no seio das

sociedades de modo a que se consigam obter reformas internas, tendo o cuidado de não promover a violência. Lamentável é que países como o Irão e a Coreia do Norte continuem a possuir regimes que renegam os direitos humanos e a democracia. Aqueles que nestes países afirmam que os valores democráticos são “coisas do ocidente”, inconsistentes com os seus valores, deveriam olhar, mais atentamente, para o Japão, as Filipinas, a Coreia do Sul, Taiwan, Indonésia, e verificar que a Democracia é global. Certamente que têm características diferentes da democracia francesa ou americana, mas uma característica será, seguramente, comum a todas elas, é o facto dos governos reflectirem uma força superior baseada na livre vontade dos governados. As democracias reflectem o poderoso desejo dos cidadãos de serem livres e não estarem dependentes da tirania de outros, um desejo que não é ocidental nem oriental, é um valor global.

Enquanto tentavam levar o caso iraniano ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, os EUA estavam simultaneamente a desenvolver outras medidas para impedir o Irão de obter armas nucleares. Focavam especial atenção na Rússia, o fornecedor do reactor nuclear de Bushehr. Intensos esforços diplomáticos junto de Moscovo por parte dos EUA, levaram a Rússia a partilhar da preocupação quanto às actividades nucleares iranianas, a apoiar as inspecções da AIEA e a repudiar a falta de cooperação do Irão com a UE-3 e com a AIEA. Impelida pelos EUA, a Rússia juntar-se-ia à “Proliferation Security Initiative” lançada por Bush em 2003. Recorde-se que, conforme já referido várias vezes, a PSI é um robusto mecanismo de contraproliferação destinado a conter a proliferação de armas de destruição maciça. A resposta positiva dada a nível mundial à PSI testemunha a importância que os Estados atribuem à necessidade de enfrentar o desafio da proliferação e de desenvolver mecanismos inovadores e eficazes para a combater^{ci}. Considerando que o regime internacional de não proliferação é frágil porquanto, permite que países como o Irão subvertam as suas obrigações internacionais, a Administração Bush tornou claras as suas novas linhas estratégicas de contenção da proliferação nuclear. Estas estendem-se para lá dos Estados irresponsáveis, atingindo as rotas comerciais e as entidades envolvidas no fornecimento de capacidades nucleares a países e actores não-estatais. Trata-se de uma política empreendedora e audaz, correctamente apelidada de contraproliferação. Dado que os proliferadores dependem sobretudo do auxílio externo, os EUA propõem-se acabar com os programas de armas de destruição maciça perturbando os esforços de obtenção. Os EUA pretendem impedir que Estados irresponsáveis como o Irão se tornem Estados nucleares^{ci}.

Perante a ameaça norte-americana de remeter o caso iraniano ao Conselho de Segurança, a UE-3 procurou obter apoio da Administração Bush para outra tentativa diplomática junto de Teerão. A UE-3 oferecia agora ao Irão um bom acordo, pelo qual, se o Irão renunciasse ao enriquecimento de urânio obteria diversos benefícios, nomeadamente a possibilidade de celebração de um acordo comercial com a União Europeia, apoio para a sua entrada na OMC e apoio na luta anti-narcóticos, para além de assistência nos aspectos civis do seu programa nuclear. A UE-3 apelava ao Irão para que suspendesse todas as actividades de enriquecimento de urânio. A 14 de Novembro de 2004, em Paris, foi concluído um segundo acordo entre a UE-3 e o Irão, pelo qual este se comprometia a suspender o processo de enriquecimento de urânio o

mais rapidamente possível e a permitir a verificação da suspensão pela AIEA. Este acordo deveria permanecer em vigor até se alcançar um acordo final e permanente^{ciii}.

Com este novo acordo a questão iraniana não iria subir ao Conselho de Segurança. Mas este acordo significava apenas o intervalo, uma vez que era ainda necessário alcançar um acordo final que exigiria negociações de longo prazo, mais difíceis e que deveriam incluir os Estados Unidos. Este acordo, apesar de positivo e de ser uma vitória diplomática europeia, era frágil num ponto crucial, não previa consequências se o Irão faltasse ao compromisso. Uma boa solução passava pela cooperação transatlântica e por muscular o acordo final. Os europeus beneficiariam da coercibilidade do “hard power” americano e os americanos beneficiariam do “soft power” da diplomacia europeia. Alcançar um acordo nuclear com o Irão tendo a União Europeia e os Estados Unidos lado a lado era, e é, o ideal.

As negociações da UE-3 com o Irão com vista a alcançar um acordo nuclear permanente tiveram início formal em 13 de Dezembro de 2004 e continuaram em Março de 2005 em Genebra. A 11 de Março de 2005 a Administração Bush inflectiu a sua política pura e dura de embargos económicos e cerco político ao Irão e decidiu apoiar o esforço diplomático da UE-3, conferindo assim a credibilidade militar que a diplomacia europeia necessitava. Os EUA anunciaram que iriam apoiar as negociações europeias com o Irão, oferecendo alguns incentivos económicos ao Irão. Estes incentivos incluíam a aceitação da integração do Irão na OMC e a venda de peças para aviões civis. Note-se que, os EUA não se juntaram efectivamente as negociações, optaram por entrar numa espécie de negociação indirecta sobre o dossier nuclear iraniano. Em Maio de 2005, a Administração Bush decidiu desistir da sua oposição à entrada do Irão na OMC, abrindo caminho para o Irão iniciar as conversações de adesão. No entanto, o governo iraniano insistia em afirmar ter o direito de desenvolver um programa nuclear civil e pacífico. Entretanto, as autoridades iranianas declararam ser completamente inaceitável terminar com o seu programa de enriquecimento de urânio, mas que se comprometiam a utilizar o enriquecimento de forma pacífica. Ora, perante um país que desenvolveu durante duas décadas actividades nucleares clandestinas, a dúvida acerca das suas reais intenções permanecia, tendo em conta que o enriquecimento de urânio pode ser utilizado para a construção de armas. A 25 de Maio de 2005, em Genebra, a UE-3 informou ir apresentar brevemente ao Irão uma proposta para se alcançar o tão desejado acordo permanente, proposta que incluiria incentivos económicos, energéticos e garantias de segurança, em troca da total interrupção do programa nuclear de enriquecimento de urânio. O Irão respondeu que a proposta teria de conter incentivos significativos e ser apresentada até 31 de Julho. Contudo a UE-3 decidiu adiar a apresentação da proposta para Agosto, para depois da tomada de posse do novo presidente do Irão, Mahmoud Ahmadinejad. Ahmadinejad vinha dizendo que pretendia continuar as negociações com a UE-3, contudo pretendia substituir o líder da equipa de negociadores por Ali Larijani considerado um “hardliner”. Após a eleição de Ahmadinejad os negociadores iranianos ameaçaram retomar a conversão e o enriquecimento de urânio se a UE-3 não permitisse ao Irão manter uma pequena capacidade de enriquecimento de urânio. Os Estados Unidos eram, obviamente, contra tal

possibilidade, na medida em que, mesmo um pequeno programa de enriquecimento pode produzir armas nucleares^{civ}.

A instalação no poder de Ahmadinejad representa o triunfo da linha dura iraniana. A linha mais radical passou a controlar todos os níveis de poder no Irão. Ahmadinejad iria adoptar uma postura mais decidida, firme e intransigente na política externa iraniana. Imediatamente após subir ao poder acusou os EUA de serem a grande ameaça do mundo muçulmano, criticou os negociadores iranianos por terem feito demasiadas concessões à UE-3 acerca do seu programa nuclear e, pior de tudo, a 8 de Agosto de 2005, dois dias após Ahmadinejad ter tomado posse como presidente do Irão, o país retomou as actividades de conversão e enriquecimento de urânio, em clara violação dos acordos com a UE-3, colocando Teerão em rota de colisão com a União Europeia e os Estados Unidos da América. Ahmadinejad foi muito pouco diplomático, considerando a proposta europeia insultuosa e exigindo um pedido de desculpas por parte da UE-3, pois deviam reconhecer ao Irão o direito de enriquecer urânio tal como previsto no TNP.

Desde Março de 2005 que a Administração Bush tinha aceite inflectir a sua política e decidido apoiar o esforço diplomático da UE-3. Esta união só podia, e pode, ser vantajosa para as negociações em curso e para a segurança internacional. Após a crise transatlântica provocada pela invasão ao Iraque em 2003, esta era, e é, a altura ideal de a Europa e os EUA unirem esforços e demonstrarem que a crise transatlântica foi ultrapassada. A decisão de Teerão, em Agosto de 2005 humilhou os negociadores europeus e desafiou directamente os EUA que tinham recentemente demonstrado boa vontade. Esta atitude veio demonstrar que Teerão não pensa abandonar o seu programa nuclear, nem mesmo com contrapartidas económicas e energéticas vantajosas, e que os radicais agora no poder querem o nuclear a todo o custo e não temem sacrificar as relações com o ocidente. Nesta altura surgiram vários cenários, desde continuar com os esforços de negociação diplomática, passando por levar a questão ao Conselho de Segurança, até um possível ataque militar norte-americano contra a Coreia^{cv}.

A 24 de Setembro de 2005, a maioria dos membros do Conselho de Governadores da AIEA deliberaram que o Irão estava em incumprimento do TNP^{cvi}, sendo que, se o Irão não se colocasse em conformidade com o “Acordo de Paris” de Novembro de 2004 assinado com a UE-3, seria levado ao Conselho de Segurança. O Irão não foi imediatamente remetido ao Conselho de Segurança, tendo a AIEA deixado espaço aberto para mais negociações. Nenhum prazo foi estabelecido para o envio, pelo que poderia acontecer em qualquer altura. Continuando a apoiar esforços diplomáticos, a Administração Bush apoiou em Novembro de 2005 uma proposta russa ao Irão, apoiada pela UE-3, para se instalar na Rússia uma fábrica que efectuaría o enriquecimento do urânio iraniano, preservando assim a reivindicação iraniana de ter direito ao enriquecimento. O Irão não aceitaria a proposta dizendo que, como Estado soberano, tinha o direito de efectuar o enriquecimento no seu território.

A 3 de Janeiro de 2006, o Irão anunciou que iria retomar o enriquecimento de urânio para efeitos de “pesquisa”, tendo subsequentemente quebrado os selos da AIEA nas instalações nucleares de Natanz. No dia 4 de Fevereiro, o Conselho de Governadores da AIEA votou a favor de uma resolução a ser enviada ao Conselho de Segurança^{cvi}, após se conhecer os resultados do

relatório da AIEA sobre as actividades nucleares iranianas. A 27 de Fevereiro o relatório confirmaria que o Irão tinha iniciado o enriquecimento de urânio em 10 centrifugadoras nas instalações de Natanz, pelo que o Conselho de Governadores da AIEA, reunido entre 6 e 8 de Março, decidiu finalmente remeter o caso para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Assim, a 29 de Março de 2006, o Conselho de Segurança emitiu uma “Declaração Presidencial”^{cviii} acerca do problema nuclear iraniano, uma solução muito mais fraca do que a pretendida pelos EUA e seus aliados. Esta “Declaração” do Conselho de Segurança estabelecia um prazo de trinta dias para o Irão cessar o enriquecimento de urânio e acolher as exigências da AIEA, após o qual o Conselho tomaria mais decisões caso o Irão não cumprisse com o estabelecido. O prazo terminava a 28 de Abril, mas logo no dia 11 as autoridades iranianas anunciaram estar a realizar o enriquecimento de urânio e que não iriam suspendê-lo de modo algum. Uma vez que, o Irão não respondeu afirmativamente às exigências do Conselho de Segurança, a AIEA remeteu o caso para o Conselho para ser reexaminado. Os EUA procuraram apoios para se aprovar uma resolução nos termos do Capítulo VII da carta das Nações Unidas (Paz e Segurança Internacional). Uma resolução aprovada nestes termos mandataria a concordância do Irão e autorizaria medidas punitivas no caso de incumprimento, tais como, sanções económicas. Apesar de intensos esforços diplomáticos, que incluíram um encontro entre George W. Bush e Hu Jin-Tao, os EUA não obtiveram o apoio da China nem da Rússia. Moscovo e Pequim, com direito de veto no Conselho de Segurança, mostraram-se contra a adopção de uma Resolução nos termos do Capítulo VII. A 2 de Maio, diplomatas dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e da Alemanha, reuniram-se em Paris para estudar a resposta a dar ao Irão após a decisão de Teerão prosseguir com o seu programa de enriquecimento de urânio. Os países ocidentais defendem o recurso ao Capítulo VII da Carta das Nações Unidas que, invocado em caso de ameaça à paz, possibilita o aplicação de sanções contra o Irão. Contudo, China e Rússia são contra tal solução^{cix}.

Nesta situação o Irão marca pontos a seu favor, pois ganha tempo e divide a comunidade internacional. Conseguindo colocar europeus contra americanos, ocidentais contra russos e chineses, o Irão divide a comunidade internacional, impede o consenso político e adia uma solução sobre como travar o seu programa nuclear. Enquanto a comunidade internacional discute a redacção de resoluções e se divide sobre a adopção de sanções, o programa nuclear iraniano avança.

Estando a situação num impasse, a 8 de Maio, a Administração Bush resolveu reforçar a sua posição, sair dos bastidores e colocar-se visível e efectivamente ao lado da UE-3, apoiando uma renovada proposta diplomática com mais incentivos ao Irão^{cx}.

Se desta nova abertura diplomática não resultar qualquer acordo com o Irão, os EUA prosseguirão os seus esforços junto do Conselho de Segurança. E, se, do Conselho de Segurança não sair nenhuma decisão efectiva e eficaz, os EUA podem muito bem tentar outras soluções que não as multilaterais no seio da UE-3 ou da ONU. Como já se referiu no 1º capítulo deste trabalho, os americanos preferem actuar em conjunto e com o apoio de outros Estados e de organizações internacionais, mas nunca esquecem que são suficientemente poderosos para

actuar sozinho se necessário. Citando novamente Robert Kagan, “*it’s the unilateralist iron fist inside the multilateralist velvet glove (...) in an age of American hegemony, it will be multilateralism, American style*”^{cxv}. Esperemos que a situação não chegue ao ponto de provocar nos EUA o desejo de um ataque preventivo ao Irão para desmantelar o seu programa de armas nucleares, pois seriam mais os riscos que os ganhos. Não há certezas quanto à eficácia de um ataque e as consequências são imprevisíveis. Um ataque poderia potenciar o apoio iraniano ao terrorismo, e agravar a situação nos vizinhos Iraque e Afeganistão, para além de dividir ainda mais a comunidade internacional. Também não nos podemos esquecer que o Irão é o terceiro produtor mundial de petróleo, pelo que a subida do preço do barril teria graves consequências na economia mundial.

No dia 8 de Maio de 2006, o Presidente George W. Bush recebeu uma carta^{cxvi}, via Embaixada da Suíça em Teerão, do Presidente do Irão Mahmoud Ahmadinejad. Esta foi a primeira aproximação directa que um líder iraniano fez a um presidente americano em mais de 25 anos. Na longa, demagógica e propagandística carta, Ahmadinejad refere-se ao Iraque, a Guantanamo, ao Afeganistão, à existência de Israel como Estado, duvida do Holocausto, fala da instabilidade política na América do sul e da pobreza em África, considera o 11 de Setembro um “incidente horrível e deplorável”, arrasa a política externa norte-americana, dá uma aula de catequese acerca de Jesus Cristo, dos Profetas, de Deus, do Corão, mas, nada escreve acerca daquilo que mais preocupa os EUA e a comunidade internacional – o seu programa nuclear. A carta é uma manobra táctica, de propaganda, pura demagogia da elite revolucionária iraniana. Com ela pretende-se provocar mais discussão no ocidente, ganhar mais tempo. Por isso mesmo, não deve ser tratada de outro modo a não ser com recusa e rejeição do seu conteúdo. Para a questão nuclear ela não tem qualquer interesse, pelo que os governos ocidentais não devem deixar-se levar pela demagogia de Ahmadinejad^{cxvii}.

Segundo a Secretária de Estado norte-americana *the pursuit by the iranian regime of nuclear weapons represents a direct threat to the entire international community, including the United States and to the persian Gulf region*”^{cxviii}. Temos de concordar consigo. O Irão é demasiado desonesto, não inspira confiança, apoia o terrorismo, despreza o direito internacional, reprime o seu povo de um modo assombroso. A proliferação nuclear, por si só, é já suficientemente má e perigosa, mas será especialmente perigosa se países com regimes autoritários e irresponsáveis tentarem possuir armas nucleares. O Irão tem dois caminhos possíveis: continuar em busca de armas nucleares e sofrer as consequências ou mudar o rumo actual da sua política e aceitar os benefícios dessa decisão. O exemplo da Líbia devia ser seguido pelo Irão. Além de que, o governo norte-americano já admitiu reconhecer o direito do povo iraniano a possuir energia nuclear civil^{cxix}, mas com a ressalva de que o regime iraniano deve demonstrar peremptoriamente ter abandonado a busca de armas nucleares, colocando-se em conformidade com o TNP, a AIEA e outros compromissos.

Considero que a estratégia norte-americana deve passar agora por se associar efectivamente à UE-3 e apelar à China e à Rússia para que se juntem, formando deste modo um fórum análogo ao da questão norte-coreana. Henry Kissinger, considera a UE-3 “dysfunctional”, sendo

“coherent” um fórum EUA, UE-3, China, Rússia, RPDC, pois reuniria as partes mais interessadas e permitiria uma melhor acção conjunta no Conselho de Segurança, pressionando assim o Irão^{cxvi}.

3. OS EUA E A PROLIFERAÇÃO NUCLEAR NA COREIA DO NORTE

A República Popular Democrática da Coreia^{cxvii} aderiu ao TNP em 1985, como Estado não possuidor de armas nucleares, contudo é suspeita de prosseguir um programa de armamento nuclear, em clara violação do TNP. O seu programa está centrado numa série de instalações no Centro de Pesquisa Nuclear de Yongbyon^{cxviii}, em Taechon e Pakchon nos arredores de Yongbyon, e em Shinpo^{cxix}. A Coreia do Norte bloqueou por diversas vezes as inspecções da AIEA e ameaçou também, várias vezes, retirar-se do TNP, tendo efectivamente saído em Janeiro de 2003.

Durante a Administração Clinton foi acordado com a Coreia do Norte o “Agreed Framework” em Outubro de 1994, pelo qual a Coreia do Norte se obrigava a cessar todas as actividades nucleares e interromper a construção de novas instalações, em troca de dois reactores de água-leve menos adequados à produção de armas nucleares e outros benefícios energéticos, económicos e diplomáticos. A partir de 2003, a Administração Bush propôs conversações multilaterais entre todas as partes mais interessadas na questão nuclear coreana, tentando obter um acordo por meios diplomáticos. Através desta iniciativa diplomática de Bush teriam início em Agosto de 2003 as “Six-Party Talks” entre os EUA, RPDC, China, Coreia do Sul, Rússia e Japão. De então para cá, foram realizadas quatro rondas de negociação que resultaram em sucessivos sucessos e insucessos. Suspeita-se que a Coreia do Norte continue a desenvolver um programa de armas nucleares a par de um preocupante programa de mísseis, programas estes que terá inclusivamente partilhado com o Irão^{cxx}.

3.1 A Administração Clinton e o Programa Nuclear Norte Coreano

Em 1990 iniciaram-se conversações entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul concluídas em Dezembro de 1991 com a assinatura do “Acordo de Desnuclearização da Península Coreana”. Ambos os países acordaram em não possuir armas nucleares, não realizar enriquecimento de urânio nem tratamento de plutónio e negociarem entre si um sistema de inspecções nucleares mútuas. Apesar de ter aderido ao TNP em 1985 só em 9 de Abril de 1992 a Coreia do Norte assinaria um Acordo de Salvaguarda com a AIEA, tal como exigido com o TNP. Através deste acordo, a Coreia do Norte seria obrigada a declarar todos os aspectos do seu programa nuclear à AIEA e a conceder à agência o direito de conduzir inspecções às suas instalações nucleares. Durante 1992, os norte-coreanos negaram à Coreia do Sul a implementação do Acordo de Desnuclearização, mas permitiram que a AIEA realizasse algumas inspecções entre Junho de 1992 e Fevereiro de 1993. As inspecções e visitas da AIEA tinham como objectivo verificar o inventário de instalações e materiais nucleares declarados pela Coreia do Norte à agência. No

final de 1992 a AIEA encontrou discrepâncias na declaração norte coreana descobrindo que a Coreia do Norte tinha produzido mais plutónio do que os 80 gramas declarados no inventário. A descoberta por parte da agência de que a Coreia do Norte havia desenvolvido actividades de separação e tratamento de plutónio, dava credibilidade às suspeitas dos EUA de que a Coreia do Norte possuía uma quantidade suficiente de plutónio para a produção de armas nucleares. Em Fevereiro de 1993 a AIEA, invocando uma norma do Acordo de Salvaguarda, pediu a realização de uma inspecção especial a dois locais não declarados situados na proximidade do complexo nuclear de YongByon nos quais se suspeitava existirem desperdícios de plutónio. A AIEA acreditava que com esta inspecção especial descobriria informações acerca da quantidade real de plutónio produzido pela Coreia do Norte. A Coreia do Norte não permitiu tal inspecção da AIEA e anunciou em 12 de Março de 1993 a intenção de se retirar do TNP. Esta ameaça levou a Administração Clinton a desenvolver contactos diplomáticos com as autoridades de Pyongyang e na sequência das negociações, em Junho de 1993, a Coreia do Norte anunciou que não se retiraria do TNP. No entanto, os norte coreanos afirmaram que não continuariam a ser membros plenos do TNP e como tal, a AIEA já não tinha o direito de conduzir inspecções, fossem elas especiais ou de rotina. Até Março de 1994 as autoridades norte coreanas restringiram as inspecções da AIEA, levando o director geral da agência Hans Blix a declarar em Dezembro que a AIEA não assegurava mais à comunidade internacional que os materiais e instalações nucleares da Coreia do Norte não estivessem a ser utilizados na construção de armas nucleares.

Em Março de 1994 na sequência de negociações com os EUA, a Coreia do Norte concordou com a realização de inspecções da AIEA às suas instalações nucleares declaradas. Contudo, a crise surgiria novamente em Maio do mesmo ano quando as autoridades de Pyongyang impediram a AIEA de retirar amostras de plutónio do complexo de Youngbyon e posteriormente impediu a agência de inspeccionar os oito mil invólucros de combustível nuclear que tinham sido removidos de um dos reactores de Youghbyon. A análise à radioactividade dos invólucros teria indicado quanto tempo tinham estado no reactor permitindo assim determinar se tinham possibilitado à Coreia do Norte obter plutónio suficiente para produzir armas nucleares. Mais uma vez, a Coreia do Norte brincava com a comunidade internacional sobretudo com a AIEA e com os EUA, com os quais celebrava acordos que logo violava. Numa carta dirigida ao conselho de segurança em 2 de Junho de 1994 o director geral da AIEA declarava que *“The agency’s ability to ascertain, with sufficient confidence, whether nuclear material from the reactor has been diverted in the past, has been...lost”^{cxvi}*. A AIEA continuava a considerar essencial desenvolver uma inspecção especial às duas instalações não declaradas situadas nas proximidades de Yongbyon para se determinar os níveis de produção de plutónio. No entanto, a Coreia do Norte continuaria a não permitir estas inspecções referindo que os dois locais eram instalações militares e como tal fora das competências da AIEA. Como penalização, a AIEA suspendeu a assistência técnica fornecida à RPDC. A 13 de Junho de 1994 a Coreia do Norte anunciou que iria abandonar a AIEA, algo que não chegaria a fazer. Com a crise instalada, os EUA endereçaram, em 15 de Junho, uma proposta ao Conselho de Segurança para a adopção de duas fases de sanções contra a Coreia do Norte. A primeira fase de sanções consistiria na

interdição mundial das exportações de armas para a RPDC e numa gradual redução das relações diplomáticas com Pyongyang. A segunda fase, a realizar caso a Coreia do Norte continuasse a rejeitar as exigências da AIEA, seria constituída por proibições à realização de acordos comerciais e financeiros com Pyongyang.

A crise seria aliviada com o convite do Presidente da Coreia do Norte Kim Il Sung, ao ex-presidente dos EUA Jimmy Cárter, para este visitar Pyongyang. Kim Il Sung recebeu Cárter em 16 e 17 de Junho, tendo-lhe oferecido a suspensão de todo o seu programa nuclear se os EUA iniciassem conversações diplomáticas ao mais alto nível. O presidente norte coreano tomou esta iniciativa após ter sido informado pelas autoridades chinesas de que a China não iria vetar a primeira fase de sanções que a Administração Clinton tinha proposto ao Conselho de Segurança. As negociações decorreriam em Julho de 1994, em Genebra, mas foram temporariamente interrompidas até Agosto, após a morte do Kim Il Sung em 9 de Julho. A 12 de Agosto, numa declaração conjunta, a Coreia do Norte concordava em desmantelar tudo o que no seu programa nuclear pudesse estar relacionado com a produção de armas nucleares e os EUA anunciaram retirar as propostas de sanções económicas e diplomáticas e a abertura de uma nova ronda de negociações ao mais alto nível com a Coreia do Norte. Esta nova ronda negocial levaria ao “Agreed Framework” de 21 de Outubro de 1994^{cxvii}.

3.1.1 O *Agreed Framework*

EUA e Coreia do Norte efectuaram uma série de encontros entre especialistas e uma ronda final de encontros diplomáticos do mais alto nível. A 21 de Outubro de 1994 seria assinado entre os dois governos o “Agreed Framework”. O âmago deste acordo era o comprometimento norte-americano de providenciar a Coreia do Norte com um pacote de benefícios nucleares, energéticos, económicos e diplomáticos, em troca de a Coreia do Norte não desenvolver o seu programa nuclear. O objectivo principal da Administração Clinton era assegurar a interrupção do programa nuclear norte coreano, de modo a impedir que estes conseguissem produzir grandes quantidades de plutónio, utilizável em armas nucleares, nos reactores de 50 MW de Yongbyon e de 200 MW Taechon e nas instalações de tratamento de plutónio em Yongbyon. Os EUA temiam que os dois reactores de 50 e 200 MW fossem concluídos e entrassem em funcionamento pois, desse modo, a Coreia do Norte ficaria com capacidade de produzir plutónio. Assim deste “Agreed Framework” resultariam diversos benefícios e obrigações para a Coreia do Norte.

. Benefícios para a Coreia do Norte:

A Coreia do Norte iria receber dois reactores de água-leve com uma capacidade de produção energética de 1000 MW cada, até 2003. Os EUA teriam de organizar um consórcio internacional para financiar a aquisição e construção dos reactores. A Administração Clinton e os Governos da Coreia do Sul e do Japão formaram em 9 de Março de 1995 a “Korean Peninsula Energie Development Organization”^{cxviii} para coordenar o fornecimento dos dois reactores de água-leve. Em Julho de 1997 a KEDO e o governo da Coreia do Norte acordaram que os reactores se

situariam em Shinpo, tendo sido iniciadas as obras no local em Agosto de 1997. Com o decorrer das obras a KEDO alterou a data de conclusão de 2003 para 2007, sendo que a edificação dos reactores teve início em Agosto de 2002.

O acordo comprometia os EUA no fornecimento de quinhentas mil toneladas anuais de petróleo à Coreia do Norte. O petróleo seria utilizado para aquecimento e produção de electricidade, como compensação energética pelo encerramento do reactor nuclear de Yongbyon. O fornecimento de petróleo deveria continuar até que o primeiro reactor de água-leve de Shinpo estivesse concluído^{cxxiv}.

Os EUA e a RPDC deveriam abrir representações oficiais nas capitais de cada um deles e estabelecer totais relações diplomáticas. Contudo, a Coreia do Norte demonstrou relutância em concluir alguns acordos diplomáticos e as conversações para estabelecimento de representações diplomáticas terminaram em 1997. Uma total normalização das relações diplomáticas dependia também da resolução de uma série de assuntos não nucleares nomeadamente a excessiva presença de forças militares convencionais norte coreanas ao longo da Zona Desmilitarizada entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul e o programa de mísseis de longo alcance da Coreia do Norte. Quando em Outubro de 1999, William Perry, então Conselheiro especial da Administração Clinton para a Coreia do Norte, revelou a revisão oficial da política norte americana em relação à RPDC, incluía a normalização das relações diplomáticas como um dos benefícios que os EUA podiam oferecer aos norte coreanos em troca de novos acordos quanto à questão nuclear e do programa de mísseis^{cxxv}.

O “Agreed Framework” especificava que os EUA e a Coreia do Norte deviam trabalhar em conjunto para reduzir obstáculos ao comércio e aos investimentos. A Administração Clinton devia reduzir o embargo económico imposto à Coreia do Norte pelos EUA desde a Guerra da Coreia. A 20 de Janeiro de 1995, os EUA anunciaram as primeiras medidas, mas muito escassas e limitadas. A Coreia do Norte protestou contra estas medidas afirmando que não cumpriam com Agreed Framework. Só em Junho de 2000, Clinton ordenaria o fim da maioria das sanções económicas. Desde então, a Coreia do Norte ainda não procedeu a qualquer contacto com empresas norte americanas e rejeitou uma oferta da Câmara de Comércio Americana para enviar uma delegação empresarial a Pyongyang.

O Artigo III do Agreed Framework estabelecia que ambas as partes deviam trabalhar juntas para a paz e segurança numa península coreana livre do nuclear. O acordo estabelecia que os EUA forneceriam garantias formais de segurança contra a ameaça ou uso de armas nucleares contra a Coreia do Norte. Mas esta garantia formal só surgiria quando a Coreia do Norte tivesse demonstrado claramente estar a desmantelar o seu programa nuclear^{cxxvi}.

. Obrigações para a Coreia do Norte:

A obrigação imediata consistia em encerrar as instalações nucleares existentes, nomeadamente encerrar o reactor nuclear de Yongbyon, cessar a construção do reactor de Taechon e do segundo reactor de Yongbyon, assim como encerrar a central de tratamento de plutónio de Yongbyon.

O “Agreed Framework” previa que a Coreia do Norte permanecesse membro do TNP e permitisse a implementação do acordo de salvaguarda adoptado pela Coreia do Norte em 1992. O “Agreed Framework” não restringia o direito da AIEA recorrer a inspecções especiais caso fossem descobertas quaisquer novas actividades nucleares norte coreanas, contudo, adia as inspecções aos dois locais suspeitos de armazenarem desperdícios nucleares de plutónio nos arredores Yongbyon e a inspecção dos oito mil invólucros de combustível nuclear removidos em 1994 do reactor de Yongbyon, o que impedia que se determinasse se a Coreia do Norte possuía efectivamente plutónio suficiente para uma ou mais armas nucleares.

Qualquer novidade no programa nuclear norte coreano devia ser relatada à AIEA e colocada sob a supervisão do Acordo de Salvaguarda. O não cumprimento constituiria uma violação ao acordo^{cxvii}.

A Coreia do Norte comprometia-se a adoptar medidas consistentes no sentido de implementar a “Declaração de Desnuclearização da Península Coreana” de Dezembro de 1991^{cxviii}.

O “Agreed Framework” previa o armazenamento do combustível nuclear do reactor de 5MW de Yongbyon, encerrado por via deste acordo, na Coreia do Norte sob supervisão da AIEA, assim como a promessa norte coreana de não processar plutónio a partir deste combustível.

Finalmente, previa o cessar da construção dos dois reactores nucleares (o de 50MW em Yongbyon e o de 200MW em Taechon) e o desmantelamento das instalações a eles conexas. Isto teria de ser realizado antes da conclusão dos dois reactores de água-leve construídos pela KEDO em Shinpo^{cxix}.

Apesar deste acordo, alcançado pela diplomacia norte americana, conter em si alguns sucessos, nomeadamente, o encerramento e desmantelamento das instalações nucleares que poderiam dar à Coreia do Norte a capacidade de produzir várias armas nucleares por ano, na realidade, ele é controverso e podem ser-lhe apontadas algumas críticas. Adiado as inspecções dos dois locais não declarados, suspeitos de armazenarem plutónio, por um período de quatro a seis anos, o acordo retarda o total compromisso e respeito pelas salvaguardas da AIEA e cria um estatuto especial, sem precedentes, para a Coreia do Norte. Adiado as inspecções compromete-se a integridade das salvaguardas da AIEA, designadamente, coloca-se em causa a legitimidade das inspecções especiais da agência. Durante quatro a seis anos não se poderia saber se a Coreia do Norte já possuía um stock de plutónio e até possivelmente uma ou duas armas nucleares. A Coreia do Norte continuava a brincar com a AIEA, o TNP e os EUA.

Considero que este acordo acabou por dar mais benefícios à Coreia do Norte do que garantias de que não possuía nem ia desenvolver armas nucleares. Apesar disto, teve o mérito de manter a Coreia dentro do regime internacional de não proliferação e de ter aberto as portas de Pyongyang à diplomacia americana e internacional. A implementação do “Agreed Framework” prosseguia devagar devido às constantes e demoradas negociações com Pyongyang e às crises periódicas. Em 1998, os EUA identificaram um local subterrâneo na Coreia do Norte perto de Kuamchang, onde suspeitavam existir actividades nucleares. Em Março de 1999, após varias negociações, Washington e Pyongyang concordaram que os americanos tivessem acesso ao local.

Em Outubro de 2000, durante a visita a Washington do enviado especial norte coreano Jo Myong Roks, e após duas visitas ao local suspeito por equipas de especialistas americanos, os EUA anunciaram que as suas dúvidas quanto ao local subterrâneo estavam dissipadas e tudo estava bem^{cxix}.

Tal como previsto na revisão oficial da política dos EUA para a Coreia do Norte, realizada por William Perry^{cxix} e apresentada em Outubro de 1999, os EUA e a RPDC lançaram novas negociações em Maio de 2000 apeladas de “Agreed Framework Implementation Talks”. Seguindo as recomendações da “Perry Initiative” a Administração Clinton também iniciou negociações com a Coreia do Norte acerca do seu programa de mísseis. Estas negociações seriam interrompidas em 2001 por George W. Bush.

3.2 A Administração Bush e o Programa Nuclear Norte Coreano

Quando Bush ocupou a Presidência dos EUA em Janeiro de 2001, a Coreia do Norte permanecia num regime totalitário possuidor de significativas forças militares convencionais e possivelmente detentor de armas nucleares, representando uma ameaça para os seus vizinhos da Coreia do Sul e Japão e para o grande aliado destes, os EUA. Em Março de 2001, a Administração Bush decidiu suspender as negociações com a Coreia do Norte iniciadas em Maio de 2000 pela Administração Clinton, até que tivesse sido efectuada uma total revisão da política norte-americana para a Coreia do Norte. Esta interrupção cautelosa foi criticada na altura, por supostamente atrasar a estratégia anti-proliferação na península coreana. Contudo, a nova estratégia dos EUA anunciada a 6 de Junho de 2001 viria confirmar ser necessária uma avaliação cuidadosa da política da Coreia do Norte. A 6 de Junho, a Administração Bush anunciou que estava preparada para retomar o diálogo com a Coreia do Norte, no entanto, apresentava uma agenda de assuntos mais vasta, incluindo para além da questão nuclear, a postura das forças convencionais norte coreanas, o desenvolvimento de mísseis^{cxixii} e programas de exportação, direitos humanos e questões sociais. A nova política da administração norte-americana – compromissos pragmáticos associados a uma dissuasão credível – provaria ser a melhor opção face à Coreia do Norte. Esta revisão da política americana para a Coreia do Norte reafirmava os princípios básicos do Agreed Framework de 1994 e as recomendações do tipo “pau e cenoura” da “Perry Initiative” de 1999, pedindo que o programa nuclear da Coreia do Norte fosse alvo de inspecções e garantias efectivas de cessação^{cxixiii}.

Note-se que a Administração Clinton nunca idealizou um mecanismo que “empunhasse o pau” no caso da Coreia do Norte não cumprir com os seus acordos. Contrariamente “alimentou” o Norte com “cenouras” quando estes adoptavam comportamentos impróprios e ameaçadores. Recorde-se que, aos norte-coreanos foi dado o acesso a líderes norte-americanos ao mais alto nível, incluindo encontros com a Secretária de Estado Madelaine Allbright e o Presidente Bill Clinton. A título de exemplo, a Administração Clinton aplicava regularmente a ajuda alimentar como ferramenta diplomática para assegurar encontros diplomáticos com a Coreia do Norte e obter acordos. A nova Administração Bush iria desenvolver esforços para envolver a Coreia do

Norte em negociações mais vastas, sendo que os contactos seriam reduzidos sempre que Pyongyang tentasse obter por via de ameaças concessões e benefícios dos EUA, para além de que a ajuda humanitária não seria utilizada como incentivo político. Perante o enorme poderio convencional da Coreia do Norte e face à ameaça daí decorrente, Bush identificou a redução desta ameaça como um importante objectivo nas relações com a RPDC. Só se Pyongyang respondesse favoravelmente às alterações da política norte-americana continuando o diálogo com Washington, reduzindo credivelmente a sua ameaça militar e permitindo verificações efectivas aos seus programas nucleares e de mísseis, é que os EUA avançariam com ajuda humanitária e com a redução de sanções^{cxxxiv}.

Há mais de cinquenta anos que os EUA desempenham um papel importante de segurança na Península Coreana e no Nordeste Asiático. Com a Administração Bush os EUA iriam continuar a desempenhar um importante papel como pacificador e garante da segurança, permanecendo ao lado dos aliados na região, promovendo os princípios da economia liberal e os valores da democracia.

Quando os EUA e a Coreia do Norte retomaram os contactos directos em Outubro de 2002, a delegação americana confrontou os coreanos com a acusação de estarem a desenvolver um programa de enriquecimento de urânio. A 16 de Outubro, a Coreia do Norte admitiu ter continuado o seu programa de armas nucleares mas, em contraste com os seus anteriores esforços, não através do tratamento de plutónio, e sim através do enriquecimento de urânio. Suspeitava-se que a Coreia do Norte tivesse recebido a tecnologia de enriquecimento de urânio do Paquistão. Tal programa violava claramente as obrigações da Coreia do Norte com o TNP, violava a Declaração de Desnuclearização da Península Coreana de 1992 e o Agreed Framework de 1994^{cxxxv}.

A confirmação norte coreana de que vinha desenvolvendo um programa secreto de armas nucleares baseado no enriquecimento de urânio acabou por não ser uma inteira surpresa para todos aqueles que consideravam o regime norte coreano como indigno de confiança. Pyongyang poderia estar a tentar reforçar a sua posição negocial para obter concessões dos EUA e da comunidade internacional, nomeadamente ajudas energéticas e alimentares, pelo que os EUA e os seus aliados deveriam responder firmemente às violações norte coreanas dos acordos anti-nucleares. Os EUA deviam coordenar esforços com os seus aliados na região, Japão e Coreia do Sul, adoptando medidas de segurança sanções económicas e uma forte pressão diplomática para persuadir a Coreia do Norte a cumprir com as suas obrigações internacionais de não proliferação nuclear. O ideal seria os EUA conseguirem que a Rússia e a China fizessem o mesmo^{cxxxvi}.

Assim, efectivamente, os EUA declararam que a Coreia do Norte teria de pôr fim ao seu programa de armas nucleares antes que qualquer novo progresso pudesse ser feito nas relações entre os dois países. Os EUA tornaram claro que se o programa nuclear norte coreano fosse de facto encerrado e devidamente inspeccionado, estariam prontos a desenvolver um novo relacionamento com a Coreia do Norte. Como resposta inicial à atitude de Pyongyang, os Estados membros da KEDO concordaram, em Novembro de 2002, em suspender os

fornecimentos de petróleo à Coreia do Norte efectuados por via do Agreed Framework de 1994. A Administração Bush e o mundo ficaram surpreendidos com a intensidade da resposta norte coreana. Entre Dezembro de 2002 e Janeiro de 2003, a Coreia do Norte reactivou as instalações nucleares de Yongbyon, expulsou os inspectores da AIEA que fiscalizavam o encerramento das instalações nucleares, retirou as selagens e o equipamento de monitorização do reactor de 5MW desligado nos termos do Agreed Framework e reactivou-o. Também anunciou que iria retomar o tratamento de combustível nuclear para extracção de plutónio. Para culminar, a Coreia do Norte retirou-se do TNP em Janeiro de 2003, justificando esta atitude com a interrupção do fornecimento de petróleo e acusando os EUA de planearem ataques preemptivos contra o seu território. A partir de Janeiro a KEDO reduziu progressivamente os trabalhos de construção dos reactores de água leve de Shinpo^{cxvii}. O presidente Bush tornou claro que não tinha qualquer intenção de invadir ou atacar a Coreia do Norte e insistiu que os EUA pretendiam um fim pacífico do programa nuclear norte-coreano em cooperação com os vizinhos da Coreia do Norte, aqueles que são directamente afectados pela ameaça que o programa nuclear provoca na estabilidade e segurança regional. Os contactos diplomáticos para resolução da crise atingiram o impasse com a Coreia do Norte a exigir conversações bilaterais e os EUA a pretenderem conversações multilaterais que incluíssem os vizinhos da Coreia do Norte, nomeadamente a Coreia do Sul, a China e o Japão. Estes Estados iriam juntar-se aos EUA apoiando a existência de uma península Coreana desnuclearizada^{cxviii}.

Num claro movimento provocatório e de escalada da crise, a Coreia do Norte, iniciou testes de mísseis. Os EUA responderam interrompendo a assistência alimentar à Coreia do Norte, movimentando bombardeiros na Ilha de Guam e dirigindo dois porta-aviões para o mar do Japão^{cxvix}.

A Coreia do Norte opôs-se inicialmente às propostas de encontros multilaterais, referindo que a disputa nuclear era um assunto bilateral entre esta e os EUA. Contudo, sob pressão dos seus vizinhos, e com um activo envolvimento da China, a Coreia do Norte concordou em realizar conversações trilaterais com a China e os EUA em Pequim, em Abril de 2003^{cxl}. Estas conversações a três foram vistas como uma vitória norte americana no impasse bilateral-multilateral entre Washington e Pyongyang. No entanto, as conversações terminaram logo após terem começado, depois da Coreia do Norte ter afirmado que já possuía armas nucleares, que tinha concluído o tratamento de plutónio em Yongbyon e que estava disposta a vender armas nucleares ou qualquer tipo de material conexo a outros países^{cxli}.

Desde que os norte-coreanos revelaram o seu programa de enriquecimento de urânio, retomaram o programa de armas nucleares e saíram do TNP, parte da estratégia dos EUA passava por isolar a Coreia do Norte. Este objectivo teria dois componentes. O primeiro era isolar diplomaticamente Pyongyang, tentando impedir qualquer apoio diplomático de outros governos e criar um bloco que exigisse à Coreia do Norte a eliminação total do seu programa de armas nucleares. O segundo componente seria a criação de uma ampla coligação de governos dispostos a impor sanções económicas à Coreia do Norte se esta não cumprisse com a eliminação do seu programa de armas. Em Março de 2003, Bush propôs a nossa já conhecida,

“Proliferation Security Initiative” destinada a interditar as exportações de armas de destruição maciça, materiais e tecnologias conexas para países proliferadores e grupos terroristas. O objectivo da PSI quanto à Coreia do Norte, seria impedir a venda de armas, o tráfico de droga e de moeda falsa, que constituem grande fonte de rendimento da elite política e dos militares da RPDC. Deste modo, os EUA pretendiam levar a Coreia do Norte à mesa das negociações e a aceitar as suas exigências^{cxlii}.

3.2.1 As Six Party Talks

No início de Agosto de 2003, a Coreia do Norte concordou em realizar novas conversações multilaterais, agora a seis, incluindo a China, a Rússia, o Japão, a Coreia do Sul e os EUA. Os representantes destes seis países, todos com grandes interesses no Nordeste Asiático, encontraram-se em Pequim para discutir o programa norte coreano de armas nucleares. Ainda antes das conversações se iniciarem, várias ilações já podiam ser retiradas. O facto das negociações terem lugar num novo formato, a seis, era um importante avanço e uma vitória da Administração Bush. A China, como aliada e “porta-traseira” da Coreia do Norte, desempenhava um papel central na resolução do problema. Deveria mostrar-se favorável a sancionar as actividades nucleares da Coreia do Norte, a não ser que quisesse um quarto vizinho nuclear^{cxliii}. O formato multilateral das negociações reforçava a ideia de que este é um problema regional e não um assunto bilateral entre os EUA e a RPDC. Uma pressão multilateral seria certamente mais eficaz na tentativa de levar a Coreia do Norte a desistir das suas ambições nucleares. O facto do Agreed Framework de 1994 não ter tido este formato multilateral terá, muito provavelmente, contribuído para a situação vivida a partir do final de 2002 e início de 2003. A Administração Bush estava certa em insistir na realização de conversações multilaterais na tentativa de resolver o problema nuclear norte coreano. A Coreia do Norte devia ser impelida a actuar com total transparência e a aceitar inspecções no seu território. Devia perceber que tinha uma importante escolha a fazer, um novo relacionamento com os seus vizinhos e a comunidade internacional ou um maior isolamento e privação. Além do mais, o mundo, especialmente aqueles Estados com ambições nucleares, como o Irão e a Líbia estariam a observar atentamente como este processo se desenrolaria^{cxliv}.

Assim, durante o mês de Agosto de 2003, decorreu em Pequim a 1ª Ronda das Six Party Talks. A Coreia do Norte concordou com uma eventual eliminação do seu programa nuclear se os EUA concordassem, primeiro, em assinar um tratado bilateral de não agressão com a Coreia do Norte, no fornecimento de uma substancial ajuda alimentar e na normalização de relações. Esta proposta era inaceitável para os EUA, pois estes insistiam numa resolução multilateral para o problema e recusavam-se a conceder benefícios antes da completa desnuclearização da Coreia do Norte^{cxlv}. As outras cinco partes afirmaram claramente perante as autoridades norte coreanas que não aceitavam que estas possuíssem armas nucleares. As conversações não produziram qualquer resultado concreto, no entanto, todos os seis Estados confirmaram a sua vontade de continuar com as negociações diplomáticas num futuro próximo^{cxlvi}.

Em Outubro de 2003, o presidente Bush afirmou que os EUA estavam dispostos a realizar um acordo multilateral de segurança, escrito, na condição de um desmantelamento completo, verificável e irreversível do programa de armas nucleares da Coreia do Norte^{cxlvii}. Nesta altura a estratégia norte americana continha três elementos essenciais: exigência de um compromisso imediato da Coreia do Norte em desmantelar o programa de armas nucleares; evitar negociações directas com Pyongyang até que esta aceitasse o desmantelamento; isolar internacionalmente a Coreia do Norte. A Administração Bush pretendia que Pyongyang se compromettesse a adoptar, e adoptasse efectivamente, medidas concretas de desmantelamento dos seus programas nucleares, o de plutónio e o de enriquecimento de urânio^{cxlviii}.

A China acolheu a 2ª Ronda de Six Party Talks em Pequim, em Fevereiro de 2004. Os EUA consideraram os resultados desta ronda como positivos. Todas as partes anunciaram a intenção de prosseguir com uma terceira ronda em Junho e formar um Grupo de Trabalho que mantivesse os contactos entre as rondas negociais^{cxlix}. A China, a Rússia, o Japão e a Coreia do Sul aceitaram a posição dos EUA quanto ao “CVID” dos programas nucleares da Coreia do Norte^{cl}.

Tal como havia ficado acordado em Fevereiro, a 3ª Ronda das Six Party Talks teve lugar em Junho de 2004, em Pequim. Os EUA apresentaram nesta ronda uma vasta e substantiva proposta, destinada a resolver a questão nuclear norte-coreana. Também, pela primeira vez, os EUA encontraram-se directamente, a nível bilateral, com a delegação da Coreia do Norte, durante duas horas e meia. A proposta dos Estados Unidos exigia o desmantelamento no mais curto prazo possível dos programas nucleares de plutónio e de enriquecimento de urânio, após um período preparatório de três meses durante o qual a Coreia do Norte deveria declarar todas as suas instalações e materiais nucleares, suspender a laboração nessas instalações, permitir inspecções internacionais incluindo o regresso da AIEA ao seu território, e negociar os passos a tomar no desmantelamento. Em troca, a Coreia do Sul e o Japão forneceriam petróleo à Coreia do norte. A Coreia do Norte receberia uma garantia de segurança multilateral provisória de todas as partes, contra um ataque dos EUA, sendo que tal garantia se tornaria permanente se a Coreia do Norte efectuasse o desmantelamento. Os governos de Washington e Pyongyang iniciaram conversações directas acerca das sanções económicas norte americanas à Coreia do Norte e sobre a inclusão da Coreia do Norte na lista de países apoiantes do terrorismo. Todas as outras partes manifestaram vontade de fornecer assistência energética à Coreia do Norte assim que esta se compromettesse a desmantelar os seus programas nucleares. Apesar de no final desta ronda todas as partes terem acordado retomar as conversações no fim de Setembro de 2004 e assim efectuarem a 4ª ronda, a Coreia do Norte recusar-se-ia a regressar à mesa das negociações e efectuar uma série de declarações provocatórias.

Em Julho de 2004, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPDC apelidou a proposta de 23 de Junho feita pelos EUA na 3ª ronda das Six Party Talks, como vergonhosa e referiu que só participaria noutra ronda se os EUA terminassem com a sua política hostil e de ameaça militar contra a Coreia do Norte. Note-se que nesta altura, por várias vezes, o presidente Bush e a Secretária de Estado Condolezza Rice, tornaram publicamente claro que os EUA não tinham

qualquer intenção de invadir ou atacar a Coreia do Norte. A 10 de Fevereiro de 2005, Pyongyang anunciou que tinha produzido armas nucleares e que suspendia indefinidamente a sua participação nas Six Party Talks. A 31 de Março, a Coreia do Norte afirmava que não se considerava mais ligada à moratória sobre testes de mísseis balísticos, exigia uma redução substancial da presença de tropas norte-americanas na Península Coreana e na região envolvente, assim como se afirmava a si própria como um Estado Nuclear^{cli}.

A 19 de Fevereiro de 2005, a Secretária de Estado norte-americana e o Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês efectuaram uma declaração conjunta na qual tornaram clara a sua profunda preocupação acerca da declaração norte coreana de 10 de Fevereiro. A Secretária de Estado e o Ministro japonês afirmaram que *“the North Korea’s nuclear program poses a serious challenge to the international nuclear non-proliferation regime and represents a direct threat to the peace and stability of the Northeast Asian region”*. Ambos os governos reiteraram o seu compromisso de continuarem a procurar uma resolução diplomática e pacífica para o problema nuclear coreano através das “Six-Party Talks”. Consideravam que a Coreia do Norte deveria regressar às conversações o mais rápido possível sem qualquer pré-condição, e comprometer-se com o desmantelamento dos seus programas nucleares sob a inspecção da AIEA. Ambos declararam que o comportamento da Coreia do Norte só a isolava, cada vez mais, da comunidade internacional^{clii}.

Mais uma vez, vivia-se um período de crise nas negociações. Temos visto, ao longo deste capítulo que, durante quinze anos as crises têm sido recorrentes. Às crises sucedem-se acordos e os novos acordos são quebrados precipitando novas crises. Em Fevereiro de 2005 tornava-se imperativo que a China como mediadora e hospedeira das “Six-Party Talks”, usasse a sua influência para fazer a Coreia regressar às negociações e alcançar-se a desnuclearização da península coreana. A China, desde o início, desempenha um papel importante e construtivo nas Six-Party Talks, desenvolvendo esforços para que se realizem negociações multilaterais construtivas. Inicialmente apresentou-se como simples país acolhedor das negociações a seis, contudo, o seu papel como mediador foi aumentando com sucesso. Durante as negociações a China exerce bastante pressão diplomática sobre a Coreia do Norte no sentido de esta aceitar o “CVID”. A importância da China não advém apenas do seu papel nas Six-Party Talks. Detém um acordo de defesa com a Coreia do Norte e é fornecedora de cerca de 90% do petróleo e de 40% dos alimentos consumidos pela Coreia. A China tem ainda muito interesse em ser vista como um líder regional responsável no nordeste asiático, trabalhando em prol da paz e da estabilidade e não como uma potência regional com interesses hegemónicos. Logo após a declaração norte coreana de 10 de Fevereiro, as autoridades chinesas receberam em Pequim o embaixador dos EUA na Coreia e delegado nas Six Party Talks, Christopher Hill, para debaterem a crise. A 24 de Fevereiro, o vice ministro dos negócios estrangeiros chinês encontrou-se em Seoul com autoridades da Coreia do Sul, do Japão e dos EUA. Na mesma altura, o líder do Departamento Internacional do Partido Comunista Chinês, visitou Pyongyang para se encontrar com o presidente da Coreia do Norte Kim Jong-Il. Nestas atitudes é manifesta a importância que a China coloca na resolução pacífica do problema norte coreano.

Joseph DeTrani, enviado especial do Departamento de Estado norte americano às Six Party Talks afirmou acerca desta nova crise que: *“What is needed now is a strategic decision by Pyongyang to recognize that its nuclear programs make it less, not more, secure, and to decide to eliminate them permanently, thoroughly, and transparently, subject to effective verification. We are working together with the other parties to bring the DPRK to understand that it is in its own self-interest to make that decision”*. Neste sentido, a Coreia do Norte devia colocar os olhos no exemplo da Líbia que, por ter alterado o seu comportamento nuclear, estava então a receber benefícios dos EUA e da comunidade internacional. A Coreia do Norte devia seguir o exemplo libanês, que revelou detalhes do seu programa de armas nucleares e desmantelou todo o seu programa sob inspecção dos EUA e da AIEA^{cliii}.

Após intensos esforços diplomáticos, desenvolvidos sobretudo pelos EUA e pela China, a 4ª Ronda das Six-Prty Talks teve lugar em Pequim, de 26 de Julho a 7 de Agosto de 2005, interrompida em Agosto para as delegações consultarem os seus governos e retomada de 13 a 19 de Setembro. As discussões foram substantivas e as negociações vantajosas, resultando na 1ª Declaração Conjunta das Six-Party Talks. A Declaração Conjunta de 19 de Setembro de 2005 reafirmava o objectivo da desnuclearização completa, pacífica e verificável da Coreia do Norte. A RPDC, pela primeira vez, comprometia-se a renunciar às armas nucleares e aos seus programas nucleares em desenvolvimento, assim como, a regressar brevemente ao TNP e ao acordo de salvaguarda com a AIEA permitindo as suas inspecções. Este seria um passo importantíssimo para a desnuclearização da Península Coreana e para uma maior estabilidade e segurança do Nordeste Asiático. As outras partes concordaram em fornecer auxílios económicos e assistência energética à Coreia do Norte. Washington e Pyongyang acordaram em adoptar medidas para uma normalização das suas relações bilaterais, onde se incluem assuntos como os programas de mísseis balísticos, a proliferação de armas convencionais, armas biológicas e químicas, os direitos humanos na Coreia do Norte, o terrorismo e outras actividades ilícitas. Sem dúvida, o aspecto principal que se extrai desta quarta ronda é o compromisso da Coreia do Norte em realizar uma total e completa desnuclearização. Na declaração final todas as partes ressaltaram o facto de que, é da total responsabilidade da Coreia do Norte abandonar o seu estatuto nuclear, regressar ao TNP e submeter-se às salvaguardas da AIEA. Uma concessão importante estava incluída nesta declaração conjunta, as seis partes acordavam em discutir “numa data apropriada” a exigência norte coreana de possuir reactores nucleares de água-leve. O que está aqui em causa é o direito da RPDC possuir energia nuclear para fins civis e pacíficos. Contudo, os Estados Unidos foram claros em referir que, a “data apropriada”, só surgiria depois da Coreia do Norte ter eliminado todas as suas armas nucleares e programas de desenvolvimento e ter permitido a sua inspecção por parte da AIEA, num total processo de transparência e cooperação. O TNP reconhece nos seus Artigos I e II o direito dos Estados membros possuírem energia nuclear para fins energéticos civis e pacíficos, mas refere também que, para além dos cinco Estados nucleares – EUA, Rússia, China, França e Grã-bretanha – mais nenhum outro deve possuir armamento nuclear ou desenvolver programas tendentes à sua obtenção. O TNP também exige que os seus membros adiram aos acordos de salvaguarda com a AIEA. Assim sendo, a RPDC só poderá vir a ter este direito quando eliminar as armas nucleares que diz

possuir, desmantelar os seus programas nucleares e colocar-se em total cumprimento com o TNP e a AIEA. Na Declaração Conjunta, os EUA deram a garantia de segurança à Coreia do norte de que não possuem armas nucleares em território da Coreia do Sul e que não têm qualquer intenção de atacar a Coreia do Norte com armas nucleares ou convencionais.

As seis partes concordaram em realizar uma 5ª Ronda de Six Party Talks em Pequim, em Novembro de 2005. Nesta ronda discutir-se-iam questões chave da Declaração Conjunta de 19 de Setembro, nomeadamente as acções concretas da Coreia do Norte no desmantelamento das suas armas e programas e as respectivas inspecções internacionais. Também debateriam aspectos concretos da cooperação económica e da assistência energética à Coreia do Norte.

Enquanto se demonstravam dispostos a prosseguir com a implementação de questões chave da Declaração Conjunta, os EUA pretendiam continuar com uma postura de protecção e de segurança face às actividades ilícitas da Coreia do Norte. Os EUA não descuravam a PSI, mantinham contactos com aliados chave acerca das exportações de armas convencionais norte-coreanas e adoptaram sanções contra um banco de Macau utilizado pela Coreia do Norte para a lavagem de dólares falsos.

Após vinte e cinco meses de avanços e recuos, as Six Party Talks pareciam ter atingido um marco histórico com a Declaração Conjunta de 19 de Setembro de 2005. Contudo, mais uma vez, a Coreia do Norte boicotou as negociações e a prevista 5ª Ronda a realizar em Novembro não se consumou. A justificação norte-coreana para mais um desmoronar das negociações foi o facto dos EUA terem adoptado sanções contra o banco de Macau que efectuava a lavagem de notas de 100 dólares contrafeitas na Coreia do Norte. Ora, tal como a Administração Bush referiu, esta é uma questão de contrafacção e não de contraproliferação nuclear, pelo que não deveria interferir nas Six Party Talks.

O insucesso de mais uma ronda negocial, em que se pretendia chegar a progressos em aspectos importantes, significou o início de mais uma longa jornada de incertezas. Seis meses se passaram e nada aconteceu. Com que surpresa nos irá presentear a Coreia do Norte nos próximos tempos?^{cliv}

CONCLUSÃO

Nesta minha análise sobre as estratégias norte-americanas de contenção da proliferação nuclear conclui-se que a proliferação de armas nucleares tem tendência a provocar a instabilidade internacional. Dos vários riscos apontados, destacaria os de utilização accidental, inadvertida ou não autorizada e o perigo do Irão e da Coreia do Norte poderem exportar armas e materiais nucleares para outros países ou para grupos terroristas. A comunidade internacional deve manter uma forte pressão sobre o Irão e a Coreia do Norte no sentido de estes eliminarem os seus programas nucleares. É impossível determinar que a proliferação nuclear precipite necessariamente desastres, contudo as consequências potenciais são demasiado gravosas para

considerar a proliferação de armas nucleares como fonte de estabilidade no sistema internacional. Permitir que estes dois países possuam armas nucleares é abrir a porta do clube nuclear a outros participantes na Ásia e no Médio Oriente. Os EUA apresentam-se firmes na sua defesa e na defesa dos seus amigos e aliados assim como de todos aqueles que estejam dispostos a trabalhar em conjunto em benefício da segurança comum. Injustamente apelidados de unilateralistas devido a alguns casos famosos de atitudes unilaterais, ficou aqui demonstrado que, pelo menos, quanto às estratégias de contenção da proliferação nuclear, os EUA preferem o multilateralismo. Ao longo dos anos, os EUA nunca mantiveram uma linha contínua nas suas estratégias com o Irão e com a Coreia do Norte. Derivando sucessivamente entre estratégias de compromisso e de contenção, os EUA só foram coerentes numa posição: defender e fazer respeitar o regime internacional de não proliferação fazendo de tudo para impedir a proliferação de armas nucleares. Foram bem sucedidos na Líbia que aceitou voluntariamente desmantelar o seu programa e no Iraque onde o desmantelamento foi forçado, mas quanto à Coreia do Norte e ao Irão, o caminho foi sempre tortuoso, feito de avanços e recuos, provocados pelas administrações americanas umas vezes, mas sobretudo pelas atitudes de recusa e engano e dos regimes de Teerão e Pyongyang. A situação está hoje num impasse com as negociações paralisadas. O modelo das “Six-Party Talks” parece ser mais adequado e eficaz, sendo que, pelo menos na Coreia, chegou-se já a um acordo de princípios em Setembro do ano passado. Por seu lado, as negociações a quatro “EU-3” – Irão revelam-se ineficazes pela ausência dos pesos pesados EUA, Rússia e China, pelo que a solução diplomática, no meu entender, passa por um fórum análogo ao da Coreia do Norte.

BIBLIOGRAFIA

ALBRIGHT, David. *An Iranian Bomb*. Bulletin of the Atomic Scientists, Janeiro, 1995.

BEHRENS, Carl E. *Nuclear Nonproliferation Issues*. Congressional Research Service, Issue Brief for Congress, 20 Janeiro, 2006.

BOLTON, John R. *An All-out War on Proliferation*. in Financial Times, Washington DC, 7 Setembro, 2004.

BOLTON, John R. *Iran's Continuing Pursuit of Weapons of Mass Destruction*. U.S. House of Representatives, Washington DC, 24 Junho, 2004.

BOLTON, John R. *Preventing Iran from Acquiring Nuclear Weapons*. The Hudson Institute, Washington DC, 17 Agosto, 2004.

BROOKES, Peter. *The Six Party Talks: Same Bed, Different Dreams*. The Heritage Foundation. 26 Agosto, 2003.

BUSCH, Nathan E. *No End in Sight: The Continuing Menace of Nuclear Proliferation*. University Press of Kentucky, Junho 2004.

BUSH, George W. *Remarks about the UN Security Council Resolution on Nonproliferation*. Washington DC, Fevereiro-Abril, 2004.

CIRINCIONE, Joseph. *No Military Options*. The Washington Post, 11 Maio, 2005.

DeTRANI, Joseph E., *Six Party Talks and China's Role as an Intermediary in the Process*. Remarks to U.S.-China Economic Security Review Commission. Washington DC, 10 Março, 2005.

HARRIS, John F., *Clinton Hopeful but Skeptical on New Iranian Leader* Washington Post, 30 Maio de 1997.

HILL, Christopher R. *The Six Party Talks and the North Korean Nuclear Issue*. Statement before the House International Relations Committee. Washington DC, 6 Outubro, 2005.

HOLMES, Kim R. *Iran: Don't trust an Abuser with Nukes*. The Heritage Foundation, 26 Agosto, 2005.

HULSMAN, John C., *Forging a Common Transatlantic Approach to the Iranian Nuclear Problem*. The Heritage Foundation, 23 Março, 2005.

HWANG, Balbina Y. *Cautious Optimism for the Six-Party Talks*. The Heritage Foundation, 21 Setembro, 2005.

HWANG, Balbina Y. *The Bush Administration's Cautious Approach to North Korea*. The Heritage Foundation. 6 Julho, 2001.

HWANG, Balbina Y., WORTZEL Larry M., SPRING, Baker. *North Korea and the End of the Agreed Framework*. The Heritage Foundation. 18 Outubro, 2002.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Dealing with Iran's Nuclear Program*, ICG Middle East Report N°18. Brussels, 27 Outubro, 2003.

JOSEPH, Robert G., Remarks before the Senate Foreign Relations Committee. Washington DC, 2 Novembro, 2005.

JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark. *Tracking Nuclear Proliferation: A Guide in Maps and Charts*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 1998.

JUN, Bong-Geun. *North Korean Nuclear Crises: An End in Sight?* Arms Control Today, Volume 36, Number 1, Janeiro/Fevereiro, 2006.

KAGAN, Robert *Multilateralism, American Style*. The Washington Post, 13 Setembro, 2002.

KATZMAN, Kenneth. *Iran: U.S. Concerns and Policy Responses*. Congressional Research Service Report for Congress. 22 Julho, 2005.

KATZMAN, Kenneth. *Iran: US Policy and Options*. Congressional Research Service Report 97-231, 11 Fevereiro, 1997.

NIKSCH, Larry A. *North Korea's Nuclear Weapons Program*. Congressional Research Service, Issue Brief for Congress, 17 Janeiro, 2006.

KISSINGER, Henry A. *A Nuclear Test for Diplomacy*, Washington Post, 16 Maio, 2006.

PHILIPS, James. *Dealing With Iran's Resurgent Hardliners*. The Heritage Foundation, 11 Agosto, 2005.

RADEMAKER, Stephen G. *Remarks at the UN about the 2005 Nuclear Nonproliferation Treaty Review Conference*. New York, 2 Maio, 2005.

RICE, Condoleeza, *Statement by Secretary of State About Iran*, US Department of State, Washington DC, 31 Maio, 2006.

SANDERS, Jackie W. *Closing Statement to the 2005 NPT Review Conference*. New York, 27 Maio, 2005.

SEMMELE, Andrew K. *Effective Multilateralism: The U.S. Strategy for Dealing with Global Nuclear Proliferation*. The National Strategy Forum. Chicago-Illinois, 14 Novembro, 2005.

SEMMELE, Andrew K. *Nuclear Proliferation: Today's Challenges and the U.S. Response*, Washington and Lee University, Lexington, VA, 24 Fevereiro, 2006.

SQUASSONI, Sharon. *Iran's Nuclear Program: Recent Developments*, Congressional Research Service Report for Congress. 3 Outubro, 2005.

TREATY on the NONPROLIFERATION of NUCLEAR WEAPONS. Washington, London, Moscow, 1 Julho, 1968.

U.S. DEPARTMENT OF STATE, Bureau of Near Eastern Affairs. *Background Notes: Iran*. Agosto 2005.

U.S. DEPARTMENT OF STATE, Bureau of International Organization Affairs *UN Security Council Resolution on Non – proliferation*, Washington DC, 28 Abril 2004.

U.S. DEPARTMENT OF STATE, *U.S. – Japan Joint Statement on North Korea*. Washington DC, 19 Fevereiro, 2005.

U.S. DEPARTMENT OF STATE, Bureau of non proliferation *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons*

U.S. DEPARTMENT OF STATE, Bureau of Nonproliferation. *Fact Sheet about U.S. – DPRK Agreed Framework*. Washington DC, 15 Fevereiro, 2001.

U.S. DEPARTMENT OF STATE, Bureau of East Asian and Pacific Affairs. *Background Notes: North Korea*. Novembro 2005.

U.S. DEPARTMENT OF STATE US - *Japan Joint Statement on North Korea*, Washington DC, 19 Fevereiro, 2006.

UNITED NATIONS, *UN Security Council Resolution 1540*. New York, 28 Abril, 2004.

WALTZ, Kenneth., SAGAN Scott, *The Spread of Nuclear Weapons: A Debate*, Nova York: w.w.Norton, 1995.

WEISMAN, Steven, *US in Talks with Europeans on a Nuclear Deal with Iran*, New York Times, 12 Outubro, 2004.

WEBSITES

<http://www.armscontrol.org/>

<http://www.carnegieendowment.org/>

<http://www.crisisgroup.org/>

<http://www.fas.org/man/crs/>

<http://www.freedomhouse.org/>

<http://www.globalsecurity.org/>

<http://www.heritage.org/>

<http://www.iaea.org/>

<http://www.ipri.pt/>

<http://www.state.gov/>

<http://www.un.org/>

<http://www.whitehouse.gov/>

<http://www.washingtonpost.com/>

i

ii “*Weapons of mass destruction (WMD) – nuclear, biological and chemical – in the possession of hostile states and terrorists represent one of the greatest security challenges facing the United states(...) An effective strategy for countering WMD, including their use and proliferation, is an integral component of the National Security Strategy of the United States.*”, U.S. National Security Council and White House Office of Homeland Security, “National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction”, Dezembro de 2002 <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/12/wmdstrategy>>

iii “*We have identified a new security agenda that addresses contemporary threats such as the proliferation of nuclear, chemical and biological weapons, terrorism, and international crime. New efforts must continue to build on initiatives such as the extension of the Non-proliferation Treaty, the containment of nations seeking to acquire and use weapons of mass destruction, and increased antiterrorism cooperation.*”, William J. Clinton, preface, “A National Security Strategy for a Global Age”, Dezembro de 2000 <<http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/national/nss-0012>>

iv O Tratado de Não Proliferação (TNP) foi assinado a 1 de Julho de 1968 em Washington, Moscovo e Londres e entrou em vigor em 5 de Março de 1970. O TNP é uma das histórias de sucesso no controlo de armas. Tem sido uma grande contribuição para a segurança e o bem-estar globais. Com poucos casos de insucesso, tem conseguido atingir a grande maioria dos seus objectivos e, com cerca de 190 membros, é o tratado de controlo de armas com mais aderentes. É, sem dúvida, um instrumento indispensável na prevenção da proliferação de armas nucleares. U.S. Department of State, Bureau of Non Proliferation, “Treaty on the Non-proliferation of Nuclear Weapons”.

v Oficialmente reconhecidos como Estados possuidores de armas nucleares, à luz do TNP e da AIEA, são os cinco Estados membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas – EUA, Rússia,

França, Grã-Bretanha e China. Contudo, a Índia, o Paquistão e Israel também possuem tal armamento. A Coreia do Norte diz possuir armas nucleares. Para mais informações consultar <http://www.iaea.org/>

^{vi} “*Rogue States*” é a expressão inglesa que serve na política norte-americana para designar os países suspeitos de patrocinar o terrorismo e desenvolverem, contra as leis internacionais, armas de destruição maciça. Ao longo deste trabalho utilizarei indistintamente as expressões “Estado delinquente” e “Estado desordeiro” para me referir aos “rogue states”.

^{vii} Busch, Nathan E., “*No End in Sight: The Continuing Menace of Nuclear Proliferation*”, University Press of Kentucky, Junho de 2004, pp.1-2.

^{viii} Entre os defensores desta tese contavam-se F. H. Hinsley autor em 1963 de “*Power and the Pursuit of Peace*”; Richard N. Rosecrance autor em 1963 de “*Action and Reaction in World Politics*” e Pierre Gallois autor em 1961 de “*The Balance of Terror: Strategy for The Nuclear Age*”. Referidos por Busch, Nathan E., op.cit., p.3.

^{ix} Em plena Guerra Fria era normal pensar-se assim. A Destruição Mútua Assegurada (MAD) tornava as armas nucleares em armas não utilizáveis, mas extremamente dissuasoras.

^x Por exemplo, Paul Doty autor em 1960 de “*The Role of Small Powers*”; Howard Simons autor em 1959 de “*World-wide Capabilities for Production and Control of Nuclear Weapons*”; Alastair Buchan autor em 1966 de “*A World of Nuclear Powers?*”. Referidos em Busch, Nathan E., op.cit., p.332, nota 12.

^{xi} Busch, Nathan E., op.cit., pp.3-4.

^{xii} “*The Spread of nuclear Weapons: More May Be Better*” foi um artigo escrito por Waltz em 1981 para o International Institute for Strategic Studies de Londres. Este artigo foi mais tarde publicado como capítulo “*More May Be Better*” no livro de Scott Sagan e Kenneth Waltz, *The Spread of Nuclear Weapons: A Debate*. Uma segunda versão, revista, deste livro foi publicada em 2003, *The Spread of Nuclear Weapons: A Debate Renewed*.

^{xiii} Waltz, Kenneth, *More may be Better* “*The Spread of Nuclear Weapons: A Debate*”, Nova York: W.W. Norton, 1995, pp.4-8.

^{xiv} Waltz, Kenneth, op.cit. p.7

^{xv} John Mearsheimer, “*Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War*”, *International Security* 15, n.1, p.37, 1990. Citado em Busch, Nathan E., op.cit. p.4 e 333 nota 17.

^{xvi} Waltz, Kenneth, op.cit. p.21.

^{xvii} Busch, Nathan E., op.cit., pp.4-5.

Acerca deste tema e dos autores pessimistas ver: Bruce G. Blair “*The Logic of Accidental Nuclear War*” Brookings Institution, 1993; Scott Sagan “*The Limits of Safety: Organizations, Accidents and Nuclear Weapons*” Princeton University press, 1993; Peter D. Feaver “*Guarding the Guardians: Civilian Control of Nuclear Weapons in the United States*”, Cornell University Press, 1992; James G. Blight e David A. Welch “*Risking the Destruction of Nations*” *Security Studies* n.4, 1995. Referidos em Busch, Nathan E., op.cit., p.333 nota 20.

^{xviii} “*More Will Be Worse*” é um capítulo do livro, já referido, de Kenneth Waltz e Scott Sagan, *The Spread of nuclear Weapons: A Debate*.

^{xix} Scott Sagan, “*The Perils of Proliferation: Organization Theory, Deterrence Theory and the Spread of Nuclear Weapons*”, *International Security* 18, n.4, 1994, pp.90-93. Citado em BUSCH, Nathan E., op.cit., p.5

^{xx} Scott Sagan, “*More Will Be Worse*”, *The Spread of nuclear Weapons: A Debate* p.48. Citado em BUSCH, Nathan E., op.cit., p.334 nota 25.

^{xxi} BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.5-6.

^{xxii} Por “equipamentos nucleares” entenda-se centrais nucleares, bases militares, depósitos de lixo nuclear, locais de armazenamento, silos, instalações de pesquisa nuclear, ou seja, todo e qualquer local directa e indirectamente relacionado com a actividade nuclear.

^{xxiii} No original em inglês “*Denial and Deception*”.

^{xxiv} BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.24-31.

^{xxv} Não me parece possível uma inversão das posições actuais contra a proliferação nuclear, primeiro devido à existência do regime internacional de não proliferação ajudado a criar pelos EUA e outras grandes potências, e porque a proliferação de armas nucleares reduziria a capacidade norte-americana de projectar poder em qualquer parte do mundo.

^{xxvi} O ataque ao Iraque liderado pelos EUA, em Abril de 2003, serve hoje em dia como justificação para as autoridades iranianas quererem armas nucleares como factor de dissuasão a um possível ataque dos EUA.

^{xxvii} Apesar dos EUA terem afirmado oficialmente que não lançariam qualquer ataque contra o Irão ou a Coreia do Norte, a verdade é que, por exemplo, Israel ainda não o fez. Recorde-se que em 1981 Israel lançou um raid aéreo contra a central nuclear iraquiana de Osirak. O Irão é inimigo de Israel, apoia

grupos terroristas que espalham o terror em Israel, pelo que não é de todo impossível que os israelitas, temendo um Irão nuclear, ataquem preventivamente alvos estratégicos em território iraniano.

^{xxviii} A instalação de Shahid Meisan foi construída nas imediações da auto-estrada Teerão-Karaj para guardar granadas de artilharia, contudo foram lá armazenadas armas químicas destinadas à Guarda Revolucionária. Devido à debilidade das medidas de segurança, grande parte dos mil trabalhadores daquelas instalações ficaram doentes e morreram. Mais informações em Nuclear Threat Initiative, “Chemical Facilities: Special Industries Organization (SIO)”, Iran Profile, http://www.nti.org/e_research/profiles/iran.html, citado em BUSCH, Nathan E., op.cit., p.416 nota 282.

^{xxix} BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.276-278.

^{xxx} Mais informações acerca do terrorismo em *Patterns of Global Terrorism, 2002* Office of the Secretary of State, Washington DC, US Department of State, Abril de 2003.

^{xxxi} “Bombas Sujas” é o termo actualmente empregue para designar uma arma radioactiva, uma bomba não nuclear que dispersa material radioactivo armazenado no seu interior. Quando explode, a dispersão do material radioactivo causa a contaminação nuclear podendo deixar uma área inabitável durante décadas. O efeito de uma “Bomba Suja”, mesmo com poucos quilos de lixo nuclear, pode provocar uma nuvem de radioactividade e envolver uma cidade inteira provocando elevado número de mortes. Apesar de não terem grande poder destrutivo, têm uma devastadora capacidade de lançar o pânico e contaminar cidades inteiras.

^{xxxii} O Departamento de Estado norte-americano diz que a Coreia do Norte patrocinou o ataque bombista contra um avião das linhas aéreas da Coreia do Sul que em 1987 matou as 115 pessoas que seguiam a bordo – *Patterns of Global Terrorism, 2002* Office of the Secretary of State, Washington DC, US Department of State, Abril de 2003. Citado em BUSCH, Nathan E., op.cit. p.416 nota 290.

^{xxxiii} BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.278-280.

^{xxxiv} Os Estados são convidados a assinar e ratificar “Protocolos Adicionais” aos Acordos de Salvaguarda que têm com a AIEA. Estes “Protocolos Adicionais” conferem à AIEA poderes reforçados no acesso a informações e a locais, autorização para uso de tecnologias avançadas durante as investigações e direito de inspeccionar actividades e instalações não declaradas. 114 Estados manifestaram a sua intenção de celebrar “Protocolos Adicionais” com AIEA, 107 assinaram os Protocolos mas, só 75 os ratificaram. O Irão assinou o “protocolo adicional” mas não ratificou. Mais informações acerca dos “Safeguards Agreements” e os “Additional Protocols” em http://www.iaea.org/publications/factsheets/sg_overview.html

^{xxxv} BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.302-303.

^{xxxvi} Acerca da distribuição de poder no sistema internacional, quanto ao debate unipolaridade – multipolaridade e à temática do poder hegemónico, aconselha-se a leitura de: William Wohlforth “*The Stability of a Unipolar World*”; John Mearsheimer “*The Tragedy of Great Power Politics*”; John Ikenberry “*After Victory*”; Charles Krauthamer “*The Unipolar Moment*”; Charles Kupchan “*After Pax Americana*”; Kenneth Waltz “*The Emerging Structure of International Politics*”.

^{xxxvii} WOLFORTH, William C., “The Stability of a Unipolar World”.

^{xxxviii} Ikenberry, John G., “After Victory: Institutions, Strategic Restraint and the Rebuilding of Order After Major Wars” cap.6.

^{xxxix} Ikenberry, John G., op.cit. cap.7.

^{xl} Ikenberry, John G., op.cit. pp.29-49 e 52-72.

^{xli} A Proliferation Security Initiative, mais conhecida por PSI, será desenvolvida nos capítulos 2 e 3 deste trabalho e as Six-Paty Talks no capítulo 3.

^{xlii} O “Zangger Group” foi formado em 1971 por um grupo de 15 países, alguns já membros do TNP e outros em vias de o ser, fornecedores ou potenciais fornecedores de materiais e equipamentos nucleares. Associado à AIEA este grupo presta especial atenção às importações e exportações de certos itens que podem ser usados no fabrico de armas nucleares. O “Nuclear Suppliers Group” (NSG) foi formado em 1975 por uma série de países fornecedores de materiais e tecnologias nucleares, procurando impedir a proliferação de armas nucleares com a implementação de directrizes acerca das exportações de tais equipamentos. Actualmente o NSG é formado por 45 países, a grande maioria ocidentais. Mais informações em: www.armscontrol.org/factsheets/NSG.asp ; www.zanggercommittee.org e www.nuclearsuppliersgroup.org

^{xliiii} SEMMEL, Andrew, K., *Effective Multilateralism: The U.S. Strategy for Dealing with Global Nuclear Proliferation*. The National Strategy Forum, Chicago-Illinois, 14 de Novembro, 2005.

^{xliiv} A “Proliferation Security Initiative”, conhecida por PSI, foi delineada a 31 de Maio de 2003 num discurso do Presidente George W. Bush. Será ainda referida nos Capítulos 2 e 3 deste trabalho.

- ^{xlv} BOLTON, John R., *An All-out War on Proliferation*. Financial Times, Washington DC, 7 de Setembro, 2004; SEMMEL, Andrew, K., *Effective Multilateralism: The U.S. Strategy for Dealing with Global Nuclear Proliferation*. The National Strategy Forum, Chicago-Illinois, 14 de Novembro, 2005.
- ^{xlvi} U.S. DEPARTMENT OF STATE, Bureau of International Organization Affairs. *UN Security Council Resolution on Non Proliferation*, Washington DC, 28 de Abril, 2004.
- ^{xlvii} BOLTON, John R., *An All-out War on Proliferation*. Financial Times, Washington DC, 7 de Setembro, 2004; SEMMEL, Andrew, K., *Effective Multilateralism: The U.S. Strategy for Dealing with Global Nuclear Proliferation*. The National Strategy Forum, Chicago-Illinois, 14 de Novembro, 2005.
- ^{xlviii} SEMMEL, Andrew, K., *Effective Multilateralism: The U.S. Strategy for Dealing with Global Nuclear Proliferation*. The National Strategy Forum, Chicago-Illinois, 14 de Novembro, 2005; RADEMAKER, Stephen G., *Remarks at the UN about the 2005 Nuclear Nonproliferation Treaty Review Conference*. New York, 2 de Maio, 2005.
- ^{lix} SEMMEL, Andrew, K., *Effective Multilateralism: The U.S. Strategy for Dealing with Global Nuclear Proliferation*. The National Strategy Forum, Chicago-Illinois, 14 de Novembro, 2005.
- ^l SANDERS, Jackie W., *Closing Statement to the 2005 NPT Review Conference*. New York, 27 de Maio, 2005.
- ^{li} SEMMEL, Andrew, K., *Effective Multilateralism: The U.S. Strategy for Dealing with Global Nuclear Proliferation*. The National Strategy Forum, Chicago-Illinois, 14 de Novembro, 2005
- ^{lii} KAGAN, Robert, *Multilateralism, American Style*. Washington Post, 13 de Setembro de 2002.
- ^{liii} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, *Tracking Nuclear Proliferation: A Guide in Maps and Charts*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 1998, pp.169-170.
- ^{liv} Ver o “Nuclears Suppliers Group” no Capítulo 1 deste trabalho.
- ^{lv} “Água Leve” é água, muito semelhante à normal (H₂O) e serve de moderadora e refrigerante de reactores nucleares que produzem urânio pouco enriquecido, não utilizável em armas.
- ^{lvi} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, *Tracking Nuclear Proliferation: A Guide in Maps and Charts*. Washington DC: Carnegie Endowment for International Peace, 1998, pp.170-171.
- ^{lvii} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.179. Acerca do “Agreed Framework” ver Capítulo 3 deste trabalho.
- ^{lviii} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.179.
- ^{lix} “Wassenaar Arrangement on Export Controls for Conventional Arms”, aprovado por 33 países, entre os quais a Rússia a 12 de Julho de 1996 na cidade holandesa de Wassenaar. in JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.315
- ^{lx} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.315
- ^{lxi} Para uma melhor percepção das sanções norte-americanas contra o Irão ver: KATZMAN, Kenneth, *Iran: US policy and options*. Congressional Research Service Report 97-231, 11 Fevereiro, 1997.
- ^{lxii} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit. p.172.
- ^{lxiii} Em 1987 o Irão assinou com a Argentina um acordo para reconfigurar o reactor do Centro de Pesquisa de Teerão, pois os EUA tinham cessado o seu apoio em 1979. “Água Pesada” é água que contém uma maior proporção de átomos pesados de hidrogénio, sendo usada como moderador nalguns reactores nucleares permitindo a fissão de urânio natural, ao contrário da “Água Leve” que serve de moderadora e refrigerante de reactores que produzem urânio pouco enriquecido, não utilizável em armas.
- ^{lxiv} KATZMAN, Kenneth, *Iran: US Policy and Options*, Congressional Research Service Report 97-231, 11 Fevereiro, 1997.
- ^{lxv} Office of the White House Press Secretary, *Remarks by the President at World Jewish Congress Dinner*, New York, 30 de Abril, 1995. Citado em JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit. p.172.
- ^{lxvi} “Urânio Pouco Enriquecido” (Low-enriched Uranium – LEU) é urânio U-235 enriquecido a menos de 20% e por isso não pode ser utilizado para produzir armas nucleares.
- ^{lxvii} ALBRIGHT, David, *An Iranian Bomb?* Bulletin of the Atomic Scientists, Janeiro, 1995.
- ^{lxviii} Gás UF₆ é bombeado para cilindros e através de força centrífuga obtém-se a separação do urânio U-235. Este urânio pode ser modificado e tornar-se altamente enriquecido.
- ^{lxix} *Highly-enriched Uranium* (HEU) é o urânio com uma concentração de U-235 superior a 20%. O urânio altamente enriquecido utilizável em armas tem de ter um enriquecimento de U-235 superior a 90%.
- ^{lxx} ALBRIGHT, David, *An Iranian Bomb?* Bulletin of the Atomic Scientists, Janeiro, 1995.
- ^{lxxi} *Treaty on the Nonproliferation of Nuclear Weapons*, Artigo 4. Washington, London, Moscow, 1 de Julho, 1968.
- ^{lxxii} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit. p.173.

^{lxxiii} A fissão geralmente é provocada pelo impacto de um neutrão no núcleo, o que emite uma enorme quantidade de energia. Só o urânio U-235 pode ser submetido a fissão. Através da fissão, o U-235 pode ser altamente enriquecido.

^{lxxiv} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit. pp.173-174.

^{lxxv} O CTBT foi adotado a 10 de Setembro de 1996 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A 24 de Setembro, 71 Estados assinaram o tratado, incluindo o Irão. Hoje há 176 assinaturas e 132 ratificações. O Irão ainda não ratificou o CTBT. O tratado proíbe testes com explosões nucleares.

^{lxxvi} JONES, Rodney, op.cit., pp.174-175, 180 nota 73.

^{lxxvii} JONES, Rodney, op.cit., p.181 nota78.

^{lxxviii} KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Service Report for Congress, 22 de Julho, 2005, p.24.

^{lxxix} HARRIS, John F., *Clinton Hopeful but Skeptical on New Iranian Leader*, Washington Post, 30 de Maio, 1997.

^{lxxx} JONES, Rodney, op.cit., p.177

^{lxxxi} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., pp.175-176.

^{lxxxii} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.176.

^{lxxxiii} *Shahab* significa: meteorito; estrela cadente.

^{lxxxiv} “People’s Mojahedin Organization of Iran” (PMOI), grupo de resistência iraniano, anti-regime.

^{lxxxv} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.176-177; INTERNATIONAL CRISIS GROUP, *Dealing with Iran’s Nuclear Program*, ICG Middle East Report nº18, Brussels, 27 de Outubro, 2003, pp.6-7; BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.267-269; KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Service Report for Congress, 22 de Julho, 2005, pp.14-15.

^{lxxxvi} KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Service Report for Congress, 22 de Julho, 2005, p.24.

^{lxxxvii} ICG Middle East Report nº18, op.cit., p.21; KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., pp.30-36.

^{lxxxviii} ICG Middle East Report nº18, op.cit., p.21-22.

^{lxxxix} ICG Middle East Report nº18, op.cit., p.22; KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., p.24.

^{xc} ICG Middle East Report nº18, op.cit., p.22.

A PSI já foi referida no Capítulo 1 deste trabalho. Para mais informação acerca da PSI e do Irão ver www.globalsecurity.org/military/iran-blockade

^{xc1} Abdul Qadeer Khan, internacionalmente conhecido por A.Q.Khan, o “pai” do programa de armas nucleares do Paquistão e que forneceu tecnologia nuclear à Líbia, à Coreia do Norte e ao Irão.

^{xcii} A respeito de possíveis ataques militares contra o Irão, partilho da opinião de Joseph Cirincione expressa no Washington Post de 11 de Maio de 2005. Não há qualquer necessidade de atacar o Irão. Não estamos perante uma crise militar com bombas nucleares, estamos perante uma crise no regime internacional de não proliferação. É a diplomacia que deve ser utilizada para parar o Irão e não a aviação norte-americana. Um ataque contra instalações iranianas iria provocar a ira no Islão, reforçar o apoio popular ao regime iraniano e colocar em perigo as estratégias norte-americanas no Médio Oriente. Além de que, o ataque não atrasaria o programa nuclear iraniano, correndo o risco de o acelerar e torná-lo ainda mais secreto. Foi o que aconteceu quando Israel efectuou em 1981 o raid aéreo a Osirak no Iraque.

^{xciii} ICG Middle East Report nº18, op.cit., p.22.

^{xciv} Natanz pode produzir urânio enriquecido e Arak é uma central de produção de água pesada que é utilizada em reactores capazes de produzir Plutónio utilizável em armas nucleares. KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., p.11.

^{xcv} KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., p.11; SQUASSONI, Sharon, *Iran’s Nuclear Program: Recent Developments*, Congressional Research Service Report for Congress, 3 de Outubro, 2005, p.2.

^{xcvi} ICG Middle East Report nº18, op.cit., p.22; KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., pp.11-12

^{xcvii} ICG Middle East Report nº18, op.cit., pp.i,ii,2,22-27; KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., pp.12; BOLTON, John R., *Preventing iran from Acquiring Nuclear Weapons*, remarks to the Hudson Institute, Washington DC, 17 de Agosto, 2004.

^{xcviii} Em Maio de 2005, o Irão confirmou ter realizado essa conversão.

^{xcix} BOLTON, John R., *Preventing iran from Acquiring Nuclear Weapons*, remarks to the Hudson Institute, Washington DC, 17 de Agosto, 2004.

^c ICG Middle East Report nº18, op.cit., pp.i,ii,2,22-27; KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., p.12; BOLTON, John R., *Preventing iran from Acquiring Nuclear Weapons*, remarks to the Hudson Institute, Washington DC, 17 de Agosto, 2004.

^{ci} Foi a coordenação de esforços proporcionada pela PSI que permitiu a intercepção do Navio BBC CHINA, que se dirigia para a Líbia com equipamentos destinados ao programa de armas nucleares daquele país. Esta captura revelar-se-ia fundamental na decisão líbia de desmantelar o seu programa, reconhecendo que tinha mais a ganhar dos EUA e da comunidade internacional se o fizesse.

^{cii} KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., p.14; BOLTON, John R., *Iran's Continuing Pursuit of Weapons of Mass Destruction*, House of Representatives, Washington DC, 24 de Junho, 2004.

^{ciii} KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., pp.12-13; WEISMAN, Steven, *US in Talks With Europeans on a Nuclear Deal With Iran*, New York Times, 12 de Outubro, 2004.

^{civ} KATZMAN, Kenneth, *Iran:US Concerns and Policy Responses*, op.cit., p.13; SQUASSONI, Sharon, *Iran's Nuclear Program: Recent Developments*, Congressional Research Service Report for Congress, 3 de Outubro, 2005, pp.2-5; HULSMAN, John C., *Forging a Common Transatlantic Approach to the Iranian Nuclear Problem*, The Heritage Foundation, 23 de Março, 2005.

^{cv} PHILIPS, James, *Dealing With Iran's Resurgent Hardliners*, The Heritage Foundation, 11 de Agosto, 2005; SQUASSONI, Sharon, *Iran's Nuclear Program: Recent Developments* Congressional Research Service, Issue Brief for Congress, 3 de Outubro, 2005.

^{cvi} 22 votos favoráveis, 12 abstenções (incluindo China e Rússia) e o voto contra da Venezuela.

^{cvi} Votaram contra: Cuba, Síria e Venezuela.

^{cvi} "Security Council Presidential Statement", não é uma Resolução.

^{cix} SEMMEL, Andrew K., *Nuclear Proliferation: Today's Challenges and the U.S. Response*, remarks at the Washington and Lee University, Lexington, VA, 24 de Fevereiro, 2006; KATZMAN, Kenneth, *Iran: U.S. Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Service Report for Congress, 12 de Maio, 2006

^{cx} KATZMAN, Kenneth, *Iran: U.S. Concerns and Policy Responses*, Congressional Research Service Report for Congress, 12 de Maio, 2006

^{cx} KAGAN, Robert, *Multilateralism, American Style*. Washington Post, 13 de Setembro de 2002.

^{cxii} O original da carta pode ser visto no site oficial do presidente iraniano www.president.ir

^{cxiii} AHMADINEJAD, Mahmoud, *Letter to George W Bush*, US Department of State, 8 de Maio, 2006; KISSINGER, Henry A., *A Nuclear Test for Diplomacy*, Washington Post, 16 de Maio, 2006.

^{cxiv} RICE, Condoleezza, *Statement by Secretary of State about Iran*, US Department of State, Washington DC, 31 de Maio, 2006.

^{cxv} Ibid.

^{cxvi} KISSINGER, Henry A., op.cit.

^{cxvii} Seguidamente referida como "Coreia do Norte" ou "RPDC".

^{cxviii} O *Yongbyon Nuclear Research Center* situa-se geograficamente na região interior centro da Coreia do Norte. Mais informações na p.158 "Map and Chart" em JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit..

^{cxix} Em Shinpo, situada geograficamente no litoral centro da Coreia do Norte, estão localizados dois reactores nucleares de água leve financiados pela *Korean Peninsula Energy Development Organization* nos termos do "Agreed Framework" assinado entre a RPDC e os Estados Unidos em Outubro de 1994.

^{cxx} JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.147; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*, Bureau of East Asian and Pacific Affairs, Novembro, 2005; NIKSCH, Larry A., *North Korea's Nuclear Weapons Program*, Congressional Research Service, Issue Brief for Congress, 17 de Janeiro, 2006, p.12; BEHRENS, Carl E., *Nuclear Nonproliferation Issues* Congressional Research Service, Issue Brief for Congress, 20 de Janeiro, 2006, p.14.

^{cxxi} *Letter from the Director General of the IAEA addressed to the Secretary General relating to North Korea*, citado em JONES, Rodney W., op.cit., p.148

^{cxxii} NIKSCH, Larry A., op.cit., pp.12-13; JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit., p.147-148; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; BEHRENS, Carl E., op.cit., p.14.

^{cxxiii} KEDO. Para mais informação acerca da KEDO ver JONES, Rodney W., op.cit., pp.149 - 150

^{cxxiv} A 20 de Outubro de 1994, o presidente Clinton enviou uma carta ao líder norte coreano Kim Jong - Il, afirmando que desenvolveria todos os esforços para cumprir com as obrigações norte americanas relacionadas com os reactores de água-leve e o fornecimento de petróleo. Clinton dava ainda a garantia de

que se estes compromissos não fossem cumpridos pela KEDO utilizaria o seu poder para fornecer a RPDC reactores e petróleo dos EUA. Isto nunca chegaria a suceder, no entanto, creio que esta carta atesta bem a importância dada pela Administração Clinton ao “Agreed Framework” e o desejo que tinha em que ele fosse efectivamente cumprido. CRS Report pp.15-16

^{cxxxv} A “Perry Initiative” foi desenvolvida ao longo de 1999 e revelada em Outubro, consistindo num documento oficial que apontava as alterações necessárias à revisão da política norte americana para com a Coreia do Norte. (Será desenvolvida mais adiante).

^{cxxxvi} NIKSCH, Larry A., op.cit., pp.13-14; JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit.,p.148-150; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; BEHRENS, Carl E., op.cit., p.14; US DEPARTMENT OF STATE, *Fact Sheet about U.S.-DPRK Agreed Framework*, Bureau of Nonproliferation, Washington DC, 15 de Fevereiro, 2001.

^{cxxxvii} Assim, o programa secreto de enriquecimento de urânio da Coreia do Norte descoberto em 2002 violava esta cláusula do “Agreed Framework”.

^{cxxxviii} Esta cláusula seria também violada com a descoberta do programa de enriquecimento de urânio norte coreano em 2002, pois o acordo de desnuclearização da península coreana proibia expressamente o enriquecimento de urânio.

^{cxxxix} NIKSCH, Larry A., op.cit., pp.14-15; JONES, Rodney, McDONOUGH, Mark, op.cit.,p.148-150; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; BEHRENS, Carl E., op.cit., p.14; US DEPARTMENT OF STATE, *Fact Sheet about U.S.-DPRK Agreed Framework*, Bureau of Nonproliferation, Washington DC, 15 de Fevereiro, 2001.

^{cxix} US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; US DEPARTMENT OF STATE, *Fact Sheet about U.S.-DPRK Agreed Framework*.

^{cxixi} William Perry foi Secretário de Defesa dos EUA entre Fevereiro de 1994 e Janeiro de 1997, tendo posteriormente ocupado o cargo de Conselheiro especial da Administração Clinton para a Coreia do Norte durante o qual realizou a revisão oficial da política norte americana para a Coreia do Norte – “Perry initiative”.

^{cxixii} A Coreia do Norte possui um avançadíssimo programa de mísseis balísticos, que lhe permite lançar ataques que atingem toda a Ásia. Está a desenvolver mísseis de longo alcance que lhe permitem atingir o Alasca e zonas da costa oeste dos EUA. É um exportador de mísseis, tendo inclusivamente vendido mísseis e tecnologias ao Irão, nomeadamente mísseis Scud e No Dong. Mais informação em BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.254-256.

^{cxixiii} HWANG, Balbina Y., *The Bush Administration’s Cautious Approach to North Korea*, The Heritage Foundation, 6 de Julho, 2001; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*.

^{cxixiv} HWANG, Balbina Y., *The Bush Administration’s Cautious Approach to North Korea*, The Heritage Foundation, 6 de Julho, 2001.

^{cxixv} BUSCH, Nathan E., op.cit., p.248; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; BEHRENS, Carl E., op.cit., pp.14-15.

^{cxixvi} HWANG, Balbina Y., WORTZEL, Larry M., SPRING, Baker., *North Korea and the End of the Agreed Framework*, The Heritage Foundation, 18 de Outubro, 2002.

^{cxixvii} Em 1 de Dezembro de 2003 os trabalhos foram totalmente suspensos durante um ano.

^{cxixviii} BUSCH, Nathan E., op.cit., p.248; BEHRENS, Carl E., op.cit., p.15; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; NIKSCH, Larry A., op.cit., pp.4-5.

^{cxixix} BUSCH, Nathan E., op.cit., p.248.

^{cxli} Conhecidas por “Three-Party Talks”.

^{cxlii} BUSCH, Nathan E., op.cit., p.248; BEHRENS, Carl E., op.cit., p.15; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*;

^{cxliii} NIKSCH, Larry A., op.cit., p.6.

^{cxliiii} A par da Rússia, Índia e Paquistão.

^{cxliiii} BROOKES, Peter, *The Six Party Talks: Same Bed, Different Dreams*, The Heritage Foundation, 26 de Agosto, 2003.

^{cxliiii} As “cenouras” só seriam dadas se a Coreia do Norte cumprisse primeiro com as exigências norte americanas e internacionais.

^{cxliiii} BUSCH, Nathan E., op.cit., pp.248-249; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; DeTRANI, Joseph E., *Six party Talks and China’s Role as an Intermediary in the Process*, Remarks to US-China Economic Security Review Commission, Washington DC, 10 de Março, 2005.

^{cxliiii} Esta exigência ficou conhecida por “CVID” – Complete, Verifiable, Irreversible Dismantlement.

^{cxliiii} BUSCH, Nathan E., op.cit., p.249; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; NIKSCH, Larry A., op.cit., p.5.

-
- ^{cxlix} Este grupo de trabalho reunir-se-ia duas vezes entre Fevereiro e Junho, por períodos de três dias cada.
- ^{cl} US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; DeTRANI, Joseph E., op.cit..
- ^{cli} NIKSCH, Larry A., op.cit., pp.1-2; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*; DeTRANI, Joseph E., op.cit..
- ^{clii} U.S. DEPARTMENT OF STATE, *US-Japan Joint Statement on North Korea*, Washington DC, 19 de Fevereiro, 2005
- ^{cliii} JUN, Bong-Geun, *North Korean Nuclear Crises: No End in Sight?*, Arms Control Today, volume 36, número 1, Janeiro/Fevereiro, 2006; DeTRANI, Joseph E., op.cit.; NIKSCH, Larry A., op.cit., pp.5-6.
- ^{cliv} HILL, Christopher R., *The Six Party Talks and the North Korean Nuclear Issue*, Statement before The House International Relations Committee, Washington DC, 6 de Outubro, 2005; HWANG, Balbina Y., *Cautious Optimism for the Six Party Talks*, The Heritage Foundation, 21 de Setembro, 2005; JUN, Bong-Geun, op.cit.; NIKSCH, Larry A., op.cit., pp.1-3; US DEPARTMENT OF STATE, *North Korea Background Notes*.